Trabalho e vida social em diferentes tempos

Carlos Freire
Daniela Ribeiro de Oliveira



Cadernos EJA Ensino Médio

EIXO SAÚDE, CULTURA E TRABALHO

Pacto pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Cadernos EJA Ensino Médio

Trabalho e vida social em diferentes tempos

Carlos Freire

Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição. É coordenador do Guamá – Coletivo de Pesquisa da Amazônia Urbana. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho e Sociologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: mercados populares, informalidade, Amazônia Urbana, mobilidades migratórias e relações socioeconômicas Brasil-China.

Daniela Ribeiro de Oliveira

Doutora e Mestre em Sociologia, graduada em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente, é professora e pesquisadora na Faculdade de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFPA. Foi também professora tutora de cursos de formação e de licenciatura da Universidade Aberta do Brasil (UAB) na UFSCar entre 2009 a 2014.

Pacto pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Publicado em 2025 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi/Ministério da Educação – MEC)

Cadernos EJA Ensino Médio: Trabalho e vida social em diferentes tempos

Autores: Carlos Freire e Daniela Ribeiro de Oliveira

© Ministério da Educação, 2025

Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port).
Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do Projeto Acordo MEC-UNESCO 914BRZ1152.
As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica, nome ou soberania de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.
As ideias e as opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO (SECADI/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC)

Secretária
Zara Figueiredo

Diretoria de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
Cláudia Costa (diretora)
Mariângela Graciano (coordenadora-geral da Educação de Jovens e Adultos)

COORDENAÇÃO TÉCNICA DA REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL
Marlova Jovchelovitch Noleto (diretora e representante)
Maria Rebeca Otero Gomes (coordenadora do setor de Educação)
Lorena Carvalho (oficial de projetos)

Revisão técnica da UNESCO no Brasil
Célio da Cunha (consultor)

Coordenação pedagógica/editorial
Roberto Catelli Jr.
Preparação dos originais
Juliana Vegas Chinaglia
Revisão técnica
Madrigais Editorial
Iconografia
Aeroestúdio
Vanessa Trindade
Projeto gráfico e diagramação
Aeroestúdio
Imagens de capa
King Ropes Access/Shutterstock (fundo)
Dave Arias/Shutterstock (detalhe)

Catalogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

F866t

Freire, Carlos

Trabalho e vida social em diferentes tempos / Carlos Freire, Daniela Ribeiro de Oliveira. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2025.

(Cadernos EJA Ensino Médio)
Livro em PDF
ISBN 978-65-83741-12-7

1. Educação de jovens e adultos. 2. Ensino Médio. 3. Trabalho. I. Freire, Carlos. II. Oliveira, Daniela Ribeiro de. III. Título.

CDD 374

Índice para catálogo sistemático
I. Educação de jovens e adultos

Apresentação

A produção dos Cadernos EJA Ensino Médio faz parte das estratégias previstas no Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, política pública construída de forma colaborativa pelo Ministério da Educação (MEC), pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

O Pacto estimula a ação intersetorial, articulando diferentes atores – estatal, setor produtivo e entidades do terceiro setor – com vistas a fortalecer a política de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tanto na perspectiva de lidar com os altos índices de analfabetismo com os quais o país convive, quanto na elevação da escolaridade das pessoas com 15 (quinze) anos ou mais, incluindo-se aí a conclusão do Ensino Médio.

Os Cadernos EJA Ensino Médio foram produzidos por especialistas em cada um dos temas selecionados, definidos por sua relevância para a formação de jovens e adultos, tendo em vista os desafios das sociedades contemporâneas e dos indivíduos em seus contextos de vida. Por isso, os Cadernos tratam de temas como cultura digital, uso da matemática e da língua portuguesa na vida cotidiana, saúde, trabalho, diversidades, política e vários outros temas, estimulando os estudantes à reflexão crítica de sua realidade.

É importante registrar que estes Cadernos têm como premissa, propor aprendizagens significativas, que possibilitem o desenvolvimento pessoal, acadêmico, profissional e social. As leituras e atividades propostas procuram lançar perguntas sobre diferentes aspectos da inserção do indivíduo na vida social. As respostas, contudo, não estão prontas, nem podem ser decoradas, pois vão depender do diálogo entre estudantes e professores(as). Para isso, em cada Caderno é desenvolvida uma proposta de pesquisa, que será uma forma de estudar o mundo que nos cerca realizando perguntas e construindo respostas com base em diferentes metodologias presentes nas várias áreas do conhecimento. Além disso, os Cadernos apresentam atividades que instigam a construção de intervenção na realidade em que vivem, demonstrando que não basta conhecer, é preciso aprender a aplicar estes conhecimentos no mundo social.

Com base nessas propostas, os Cadernos pretendem contribuir para que os estudantes da EJA do Ensino Médio possam desenvolver o que o educador

Paulo Freire insistia em denominar como autonomia, a capacidade de pensar por si mesmo e tomar decisões com base na reflexão e no diálogo de uns com os outros.

Ao se dirigir aos educadores, Paulo Freire, insiste ainda na necessidade de ensinar e não de transferir conhecimentos. Nesse processo, o diálogo se estabelece como ponte para a autonomia. É necessário que os saberes dos educandos sejam respeitados e que os conhecimentos deles sejam tomados como ponto de partida para o diálogo. Esse é o princípio que orienta os Cadernos EJA Ensino Médio.

> *Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento* (Paulo Freire, *Pedagogia da autonomia*, 1996, p. 21).

Zara Figueiredo

Secretária da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi)

Caro(a) estudante,

Você já parou para pensar sobre o que é trabalho? Por que a remuneração de algumas profissões é tão mais alta que outras? Por que algumas atividades são mais ocupadas por mulheres enquanto outras quase exclusivamente por homens? Como o racismo produz efeitos sobre as possibilidades de inserção profissional para as pessoas em função da cor da pele? Ou, ainda, por que existe uma diferença tão grande das oportunidades de trabalho entre as regiões brasileiras? O trabalho constitui um tema fundamental nas relações sociais que compõe profundamente a nossa vida cotidiana, ao mesmo tempo em que é um objeto de estudo por diferentes disciplinas, como economia, direito, sociologia, geografia, história, entre muitas outras. Refletir sobre o tema do trabalho nos permite entender as desigualdades socioeconômicas enquanto um processo que limita e restringe as oportunidades para algumas pessoas enquanto favorece e facilita para outras.

Neste Caderno, propomos uma reflexão sobre os diferentes sentidos do trabalho e suas formas de organização. Para tanto, vamos mobilizar alguns conceitos de economia e sociologia como de divisão do trabalho, valor, exploração e acumulação capitalista. Discutiremos as diferentes formas de organização do trabalho e suas implicações históricas para as desigualdades no desenvolvimento econômico das regiões brasileiras. Analisaremos o processo de constituição dos direitos trabalhistas ao longo do tempo. Essa temática também será problematizada em articulação com outras categorias igualmente importantes para a compreensão da vida social, como trabalho e gênero, trabalho e racismo, e trabalho e educação. Por fim, trataremos das relações entre trabalho e tecnologia, indagando como os avanços tecnológicos impactam nas formas de organização do trabalho.

Quando refletimos sobre o trabalho, isso não é indiferente a nossas experiências de vida. Desse modo, podemos mobilizar nossas próprias trajetórias sociais para pensarmos sobre o trabalho a partir das relações sociais e dos lugares em que estamos inseridos. A ideia de trajetórias sociais remete às nossas origens ancestrais, aos vínculos intergeracionais com nossas mães e avós, pais e avôs, nossa história de vida. Falam sobre mudanças e desafios diante das diferentes atividades que desempenhamos ao longo da vida. Assim, as trajetórias sociais nos fornecem uma perspectiva para o entendimento das comunidades das quais fazemos parte. Esse Caderno sugere algumas temáticas para podermos refletir sobre nossas trajetórias e sobre como participamos do mundo social.

Sumário

8 Mas, afinal, o que é trabalho?

10 Valor e divisão do trabalho

11 Exploração do trabalho e mais-valor

14 Formação do mercado de trabalho e desigualdades no acesso aos direitos trabalhistas

16 Processo de industrialização e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

18 Urbanização e desigualdades regionais

22 Desigualdades entre trabalho rural e urbano

25 Transformações e diversidade das formas de trabalho

26 Neoliberalismo, abertura econômica e reestruturação produtiva

28 Informalidade

30 Da informalidade ao empreendedorismo?

33 Trabalho, gênero e raça

33 A divisão sexual do trabalho

37 A articulação raça/cor e gênero no trabalho

39 O racismo nosso de cada dia!

43 Trabalho e educação

45 Políticas de ações afirmativas e mobilidade geracional

47 Trabalho e tecnologia

50 O trabalho e as tecnologias digitais no século XXI

54 Pesquisa

55 Referências bibliográficas

Mas, afinal, o que é trabalho?

Para começar, vamos formar pequenos grupos e conversar sobre o significado do trabalho na vida de cada um. Em seguida, cada grupo deve contar o que conversaram e contar para o restante da sala. Para isso, acompanhe o roteiro de questões a seguir.

1. Você trabalha atualmente?
2. Com o que você trabalha ou já trabalhou?
3. Para você, o que é um trabalho?
4. Qual é a importância do trabalho em sua vida?
5. Você gosta de trabalhar? Ou deixaria de trabalhar se pudesse? Por quê?
6. Observem as imagens a seguir. Qual(is) pode(m) ser considerada(s) forma(s) de trabalho? Por quê?

Joa Souza/Shutterstock



Obra pública em Salvador (BA), 2024.

Krakenimages.com/Shutterstock



Mulher realizando tarefas em seu computador, 2022.

A.RICARDO/Shutterstock

3



Jogo da seleção brasileira de vôlei durante os Jogos Olímpicos de Paris, em 2024.

A origem da palavra **trabalho** vem do termo em latim *tripalium*, instrumento de tortura utilizado no Império Romano, de modo que trabalhar remetia à ideia de sofrimento, de punição. Apenas na história contemporânea o termo ganha outros sentidos que se aproximam dos usos atuais. Na linguagem cotidiana, o termo tem muitos significados distintos. Para nossa reflexão, duas formas de se pensar o trabalho merecem destaque.

A primeira estaria ligada à ideia da capacidade humana de transformar a natureza, sua potência criativa de combinar diferentes elementos para produzir coisas que possam ser úteis. O trabalho, assim, seria a atividade produtiva e a obra resultante nesse processo. Alguns pensadores vão definir o trabalho como uma característica distintiva da humanidade em relação a outros animais: a capacidade de produzir os próprios meios de vida. O que nos tornaria humanos seria a capacidade de transformar a natureza para gerar produtos adequados às nossas necessidades culturais por meio do trabalho.

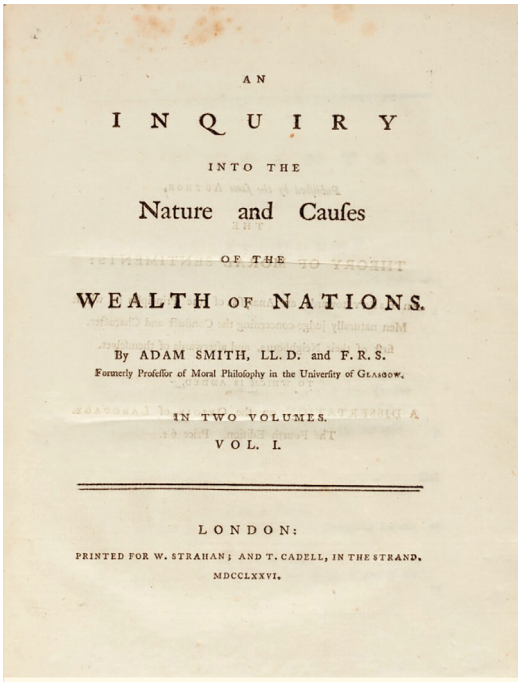
A segunda forma remete ao trabalho como uma relação de subordinação, na qual uma pessoa determina para outra o que ela deve fazer e quando, como empregar sua energia e sua capacidade criativa. O trabalho, a princípio, era visto como uma relação estabelecida com pessoas não livres, em condição de servidão ou de escravidão, pela dependência econômica ou pela violência. Mesmo depois com o desenvolvimento do trabalho livre por meio do assalariamento no mercado de trabalho, ainda assim, o que caracteriza uma relação de trabalho é a subordinação de uma pessoa a outra pessoa, empresa ou organização.

As duas perspectivas são interligadas e foram profundamente debatidas na história do pensamento econômico e filosófico. Dois autores fundamentais

elaboraram conceitos para compreendermos a importância do trabalho na vida social: **Adam Smith (1723-1790)**, considerado o pai da ciência econômica e expoente do liberalismo clássico; **Karl Marx (1818-1883)**, filósofo cujas análises sobre as contradições do capitalismo influenciaram profundamente a história do século XX.

Valor e divisão do trabalho

Em seu livro clássico, *A riqueza das nações* (1776), Adam Smith procurou responder por que alguns países prosperam em sua economia, enquanto outros não. Qual seria a origem da riqueza das nações? Enquanto alguns filósofos procuravam responder a essa questão tomando a terra como origem da riqueza (na corrente de pensamento conhecida como fisiocratas) e outros atribuíam a riqueza à balança comercial favorável e ao acúmulo de metais preciosos (mercantilistas), Smith elaborou a teoria do valor trabalho, argumentando que uma das principais características para impulsionar a riqueza de uma nação seria o maior desenvolvimento da **divisão do trabalho**.


AN
INQUIRY
INTO THE
Nature and Cauſes
OF THE
WEALTH OF NATIONS.
By ADAM SMITH, LL. D. and F. R. S.
Formerly Profeſſor of Moral Philoſophy in the Univerſity of Glasgow.
IN TWO VOLUMES.
VOL. I.
LONDON:
PRINTED FOR W. STRAHAN; AND T. CADELL, IN THE STRAND.
MDCCLXXVI.

Reprodução/commons.wikimedia

Primeira página do livro de Adam Smith, *A riqueza das nações*, de 1776.

Na teoria de Smith, o **valor** das mercadorias corresponde à quantidade de trabalho necessária para a sua produção. Segundo essa teoria, não seria a utilidade das coisas o que determina o seu valor. Algumas coisas podem ser muito úteis, mas não ter um preço alto no mercado, já outras coisas não tão úteis são muito caras, por exigirem mais trabalho em sua produção. Tal teoria consistiu em uma das principais bases do pensamento econômico clássico.

A divisão do trabalho, ao promover a especialização das tarefas, permitiria aos trabalhadores aprimorar suas habilidades e aumentar a produtividade na medida em que o processo produtivo fica mais eficiente. A divisão do trabalho é um

dos fundamentos de uma economia de mercado. Com o seu aprofundamento, as pessoas tornam-se cada vez mais dependentes das trocas no mercado.

Para Smith, à medida que as pessoas buscam seus próprios interesses e competem entre si, acabam promovendo um maior bem-estar econômico geral. Isso porque, em sua famosa formulação, a metáfora da "mão invisível do mercado" acabaria por equilibrar as relações entre oferta e demanda. As ideias e conceitos presentes nessa obra constituíram a base da Economia Política, por isso Adam Smith é considerado o pai dessa disciplina.

Exploração do trabalho e mais-valor

O filósofo Karl Marx parte da teoria do valor de trabalho de Adam Smith para desenvolver uma crítica à economia política. Em *O capital* (1867), livro clássico da filosofia política, Marx analisa as contradições do capitalismo a partir do processo de industrialização na Europa. As perguntas básicas que Marx procurou responder são: Por que, mesmo com o aumento da produtividade nas fábricas, as condições de vida dos operários se deterioravam progressivamente? Se o valor das mercadorias vem do trabalho necessário para produzi-las, por que os trabalhadores sobreviviam em más condições nas cidades que cresciam com a industrialização?

Enquanto aumentava a riqueza dos proprietários das fábricas, a classe trabalhadora, que só dispunha da sua força de trabalho para vender no mercado, vivia em péssimas condições. No princípio da **Revolução Industrial**, não existiam direitos trabalhistas, as jornadas de trabalho se estendiam de 12 a 16 horas por dia, bem como crianças trabalhavam ao lado de homens e mulheres nas fábricas.



duncan1890

Trabalhadores em uma fábrica em Londres, Inglaterra, 1871.

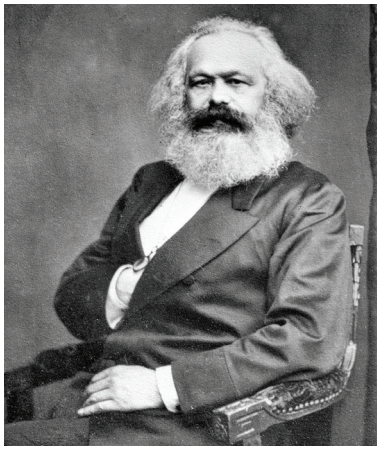
Marx analisou que, na formação do valor das mercadorias, os custos dos materiais necessários, da energia e dos equipamentos utilizados eram constantes; enquanto os custos da força de trabalho eram variáveis. Acontece que a força de trabalho contratada produz um valor que é maior do que o custo da massa salarial paga pelos empresários.

A essa diferença entre o custo do trabalho expresso nos salários pagos e os valores produzidos como resultado do trabalho dos operários, Marx chamou de **mais-valor**, o que corresponde ao **lucro** no capitalismo.

Adam Smith (1723-1790) e **Karl Marx (1818-1883)** são dois pensadores para quem o tema do trabalho tem um lugar central em suas obras. O economista escocês Adam Smith foi um expoente do chamado Liberalismo Clássico, corrente do pensamento que se opunha à monarquia absolutista e à servidão característica do Antigo Regime. Já o filosofo alemão Karl Marx representa a base do pensamento comunista. Suas análises sobre as contradições do capitalismo foram profundamente influentes no debate sobre políticas econômicas, principalmente ao longo do século XX.



Everett Collection/Shutterstock



Reprodução/Instituto Internacional de História Social, Amsterdã, Holanda

À esquerda, retrato de Adam Smith. À direita, fotografia de Karl Marx, 1875.

A **exploração do trabalho** constitui a base para a **acumulação capitalista**. Os valores produzidos pelos trabalhadores representam a fonte do lucro das empresas. Na relação de trabalho assalariado, caracterizada pela subordinação do trabalhador à empresa durante uma jornada de trabalho, o controle do tempo e a disciplina na forma de exercer a atividade garantem que os custos com salários sejam menores do que a produtividade do trabalho.

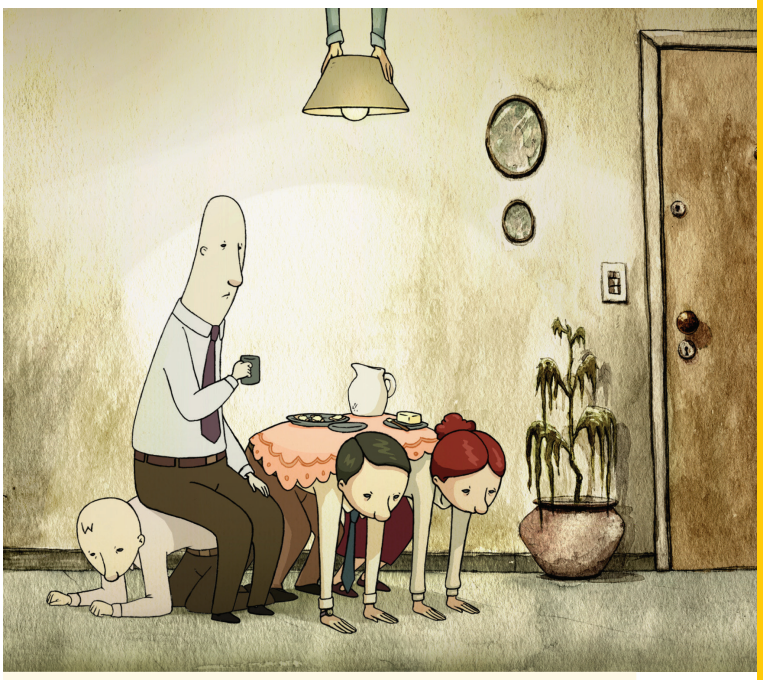
No período analisado por Marx, a partir da Inglaterra do século XIX, mesmo com o país liderando a Revolução Industrial, as condições de vida da classe trabalhadora eram deploráveis. Milhões de pessoas se direcionavam às cidades em busca de trabalho, depois de serem expulsas das terras comuns em que cultivavam. A ampla disponibilidade de pessoas em busca de emprego possibilitava que os salários fossem muito baixos, e as jornadas de trabalho, intensivas. Os direitos trabalhistas foram estabelecidos paulatinamente à medida que trabalhadores e trabalhadoras se organizavam em sindicatos para lutar por condições mais dignas.

As questões analisadas por Adam Smith e Karl Marx até hoje repercutem nas análises sobre a importância do trabalho para a vida social. O ponto fundamental é para a dimensão social das relações de mercado apontadas nos conceitos de divisão do trabalho, valor, exploração e acumulação capitalista.

Atividade

A animação *El Empleo* (O emprego), de Santiago Bou Grasso e Patricio Gabriel Plaza, nos fornece uma perspectiva para pensar sobre esses temas. O filme mostra um homem que acorda para ir trabalhar, porém, no lugar dos objetos, ele encontra pessoas que desempenham as funções dos objetos.

Santiago 'Bou' Grasso & Patricio Plaza/Opusbou



Trecho da animação argentina *El Empleo* (2008), direção de Santiago Bou Grasso e Patricio Plaza.

1. A partir da animação, debata entre a turma o que cada um entende como trabalho.

2. Em seguida, procurem fazer uma lista de 10 produtos que mais utilizam no dia a dia. Vocês sabem de onde vêm esses produtos e como chegaram em suas mãos?

- *EL Empleo*. Direção de Santiago Bou Grasso e Patrício Plaza. Argentina: Opusbou, 2008. 6min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cxUuU1jwMgM. Acesso em: 13 fev. 2025.

Formação do mercado de trabalho e desigualdades no acesso aos direitos trabalhistas

Nessa seção, vamos discutir as desigualdades sociais no acesso aos direitos trabalhistas. Quando falamos sobre desigualdades sociais, estamos tratando não apenas de concentração de renda mas também das oportunidades e dos direitos entre os diferentes grupos sociais. As desigualdades diminuem sistematicamente as oportunidades de trabalho para determinadas parcelas da população de acordo com classe, raça, gênero, entre outros marcadores sociais. Para pensar sobre isso, vamos propor uma discussão histórica sobre a formação do mercado de trabalho.

O Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão. Foram mais de três séculos de escravização até a abolição, em 1888, que tiveram profundas consequências sociais, culturais e econômicas. A população negra, que deixou de ser escravizada, não teve nenhum tipo de indenização ou política de auxílio. Enfrentava a discriminação e o racismo que a mantinha em uma condição de vulnerabilidade social. O acesso à propriedade da terra era muito restrito. Entre o final do século XIX e começo do século XX, a transição para o trabalho livre foi lenta. No processo de formação do mercado de trabalho, a ausência de direitos trabalhistas fazia com que as condições de trabalho fossem precárias.

Na transição para o trabalho assalariado, governos estaduais criaram políticas de incentivo à vinda de trabalhadores imigrantes europeus, árabes e asiáticos para substituir a mão de obra escravizada. Nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, em alguns casos, eram oferecidas terras com condições de crédito facilitadas para atrair os imigrantes. Companhias colonizadoras recrutavam imigrantes em seu país de origem e loteavam as terras, que eram negociadas com governos estaduais. Não existiu nenhuma política de crédito para aquisição de terra para população nativa. Além de substituir a mão de obra, as políticas de incentivo à imigração visavam "embranquecer" a população brasileira. A ideia de branqueamento da

população brasileira após a abolição refletia um pensamento comum entre as elites da época sobre as relações raciais.

Nesse contexto de transição para o trabalho livre, o processo de industrialização representou um grande impulso na formação do mercado de trabalho. É importante destacar que o desenvolvimento industrial no Brasil foi bastante concentrado no Sudeste e no Sul do país. As oportunidades de trabalho variam muito de acordo com as desigualdades regionais e pela maneira que cada lugar participa da dinâmica econômica. A divisão do trabalho entre rural e urbano; e entre indústria, comércio e serviços influencia nas possibilidades de emprego distribuídas pelo território. Pensar sobre esse processo nos ajuda a entender, em parte, as desigualdades regionais no país.

1. Observe o grafite ao lado e discuta com os colegas o que ele representa sobre o assunto que estamos estudando.



offlimitsbr/Parede Viva – Imagem: © Mundano

Operários de Brumadinho, de Mundano, 2020. Grafite, 800 m². A obra, localizada em frente ao Mercado Municipal de São Paulo, é uma releitura de *Operários*, de Tarsila do Amaral. O mural foi feito a partir da lama tóxica do rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais, e homenageia os trabalhadores que morreram no desastre.

Processo de industrialização e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

As primeiras indústrias no Brasil surgiram no final do século XIX, impulsionadas pelos recursos acumulados com a exportação de café em São Paulo. Antes disso, já existiam fábricas e oficinas manufatureiras em diversos lugares do país, mas apenas depois do estabelecimento do mercado de trabalho livre que, de fato, a indústria se desenvolveu. Isso porque, a partir do momento em que os trabalhadores passaram a receber salários, também se tornaram consumidores, impulsionando a produção. A industrialização no Brasil foi tardia quando comparada à dos outros países.

A indústria têxtil foi o primeiro setor a se desenvolver, seguido da indústria de alimentos e da indústria de calçados. Os imigrantes participaram desse processo como proprietários e como operários. Alguns imigrantes eram de famílias ricas e traziam recursos que foram investidos na indústria. Outros eram trabalhadores que já tinham experiência como operários em seus países e ajudaram a formar os primeiros sindicatos no Brasil. Insatisfeitos com as condições de trabalho, organizavam-se para questionar e reivindicar direitos. A primeira greve geral no país (1917) foi organizada por esses sindicatos e teve início a partir das indústrias têxteis de São Paulo.

Getúlio Vargas (1882-1954) foi presidente do Brasil em três momentos distintos. No primeiro, depois da Revolução de 1930, se estabeleceu em um governo provisório que durou até 1934, sendo eleito para continuar o governo depois de uma nova Constituição. No segundo momento, promoveu um golpe em 1937 e instaurou a ditadura do Estado Novo, que durou até 1945. No terceiro momento, foi reeleito e governou de 1951 a 1954, quando se suicidou devido às pressões políticas para que renunciasse do cargo.



History and Art Collection/Alamy/Fotoarena

Getúlio Vargas, em fotografia de 1930.

Na década de 1930, o país teve um impulso de industrialização durante o governo Getúlio Vargas. A Crise de 1929 afetou profundamente as exportações de café, o que demonstrou a fragilidade da economia brasileira em depender da exportação de produtos agrícolas. Vargas procurou fomentar a criação das **indústrias de base**, incentivando que produtos antes importados pelas indústrias passassem a ser fabricados no país. Foram criadas empresas públicas como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) em Volta Redonda-RJ; a Companhia Vale do Rio Doce (1942) em Itabira-MG; e, no último período do governo Vargas, a Petrobras (1953) no Rio de Janeiro-RJ. Esse processo ficou conhecido como **industrialização por substituição de importações**.

As indústrias eram intensivas em mão de obra e os conflitos trabalhistas cresciam sem uma regulamentação nacional. Vargas promulgou uma legislação sindical que procurava controlar o movimento operário. A legislação de 1931 estabeleceu um modelo de sindicato único por categoria para cada município, criou o imposto sindical e estabeleceu que apenas os sindicatos reconhecidos pelo Estado seriam legalizados. Também criou os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) em 1933, autarquias responsáveis pela previdência dos trabalhadores organizadas de acordo com as categorias sindicalizadas.

Em seu período de governo, Vargas buscou consolidar uma base de apoio a partir do grande contingente de operários que crescia nas cidades. Em 1943, promulgou a **Consolidação dos Direitos Trabalhistas (CLT)**, que estabeleceu as regras para relações de trabalho assalariado, como:

- salário mínimo;
- proibição do trabalho para menores de 14 anos;
- jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais;
- descanso semanal remunerado;
- férias remuneradas de 30 dias;
- aviso prévio para demissão sem justa causa;
- direito de greve e liberdade de organização.

Apesar disso, Getúlio Vargas tinha uma relação controversa com o movimento dos trabalhadores. No período da ditadura do Estado Novo, o presidente perseguiu severamente comunistas e anarquistas que buscavam atuar junto aos sindicatos dos trabalhadores. A legislação sindical fazia com que os sindicatos se tornassem dependentes do Estado. Vargas regulamentou e estabeleceu a base dos direitos trabalhistas vigentes até os dias de hoje, embora a legislação tenha

passado por reformas. Apesar dos direitos estabelecidos para o trabalho assalariado, esses ficaram bastante restritos aos trabalhadores urbanos, principalmente, das indústrias.

O padrão de desenvolvimento foi marcado por profundas desigualdades sociais, pois grande parte da população não tinha acesso aos direitos trabalhistas. Esses se restringiram aos direitos das profissões regulamentadas e reconhecidas pelo Estado. Outras formas de trabalho foram marginalizadas e relegadas à informalidade.

Urbanização e desigualdades regionais

dpa/Album/Fotoarena



Linha de montagem da Volkswagen Brasil, São Bernardo do Campo, São Paulo.

Na década de 1950, a industrialização brasileira teve um impulso por meio do estabelecimento de grandes empresas internacionais. Nesse período, diversas montadoras de veículos se estabeleceram no país, como: Volkswagen (1953), Mercedes-Benz (1956), Scania (1957), além de empresas que já estavam presentes e que passaram a fabricar carros em território nacional, como a Ford (1953) e a

General Motors (1953). Todas essas empresas concentraram-se na região metropolitana de São Paulo, nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, área conhecida como ABC Paulista. Mais tarde, a Fiat (1976) se instalou em Betim, na região metropolitana de Belo Horizonte. Além das indústrias automotivas, destacaram-se no período indústrias farmacêuticas e químicas estrangeiras.

Na análise do sociólogo Florestan Fernandes, no livro *A revolução burguesa no Brasil*, o **capitalismo subordinado e dependente** de investimentos estrangeiros foi uma das principais características da industrialização brasileira. Nele, as tecnologias são importadas em vez de desenvolvidas no próprio país. Os lucros são remetidos às matrizes no estrangeiro e não são reinvestidos em pesquisas para novas tecnologias nacionais. O resultado é um processo marcado pela extrema concentração social e regional da riqueza. Uma sociedade que combina alguns setores avançados da econômica e altos padrões de consumo para poucos com a persistência da pobreza e da carência de serviços básicos no campo e nas cidades.

Até esse período, o mercado de trabalho assalariado nas indústrias se concentrou na região Sudeste do país, especialmente em São Paulo. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) promoveu a construção de Brasília e a abertura de rodovias, como a rodovia Belém-Brasília (BR-010), buscando maior interiorização da população e da economia do país. A opção pelo padrão rodoviarista de integração nacional, por meio da construção de rodovias e não de ferrovias, refletia as influências da indústria automobilística. As cidades e a mobilidade cotidiana desde então passaram a ser moldadas em função dos carros e caminhões. As obras de grande porte incentivaram o desenvolvimento da indústria da construção civil.

O país estava vivendo uma grande transformação, passando de uma base econômica agrária para uma economia de base industrial. A década de 1960 foi de intensa atuação sindical. Em um período marcado pela inflação decorrente do endividamento externo promovido pelas políticas de Kubitschek, havia conflitos pelos reajustes dos salários e dos benefícios previdenciários para as categorias. Em 1961, os sindicatos organizaram uma greve geral pela pauta do abono salarial natalino. Esse processo resultou na promulgação do 13º salário pelo presidente João Goulart em 1962.

1. Leia a capa de jornal a seguir. Como você interpreta a ideia de 1962 de que o 13º salário seria desastroso para o país?

Reprodução O Globo/Acervo digital



ANO XXXVII — Rio de Janeiro, 5.ª-feira, 26 de abril de 1962 — N.º 11 036

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO | Diretor-Tesoureiro: HERBERT MOSES
Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO | Diretor-Substituto: ROGERIO MARINHO

Dão Sua Opinião os Senadores Mem de Sá e Padre Calazans e os Deputados Raimundo Padilha, Adauto Cardoso, Aniz Badra e Paulo Sarazate (ENQUÊTE NA SEXTA PÁGINA)

SEGUIU O "SAGRES"

Considerado Desastroso Para o País um 13º Mês de Salário

Mal Recebida Nos Meios Econômicos e Financeiros a Aprovação, Pela Câmara, do Projeto do Sr. Aarão Steinbruch — A Medida Teria Cunho Meramente Eleitoreiro (Texto na Décima-Primeira Página)

Capa de *O Globo* de 26 de abril de 1962 "Considerado desastroso para o país um 13º mês de salário".

2. Hoje, sabendo da importância do 13º salário para a economia brasileira, por que a ideia da época estava equivocada?

3. Você recebe 13º salário? O que costuma fazer com ele?

Mesmo com o golpe de 1964 que instaurou a ditadura militar no país, a força dos sindicatos da época ainda conseguiu estabelecer o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em 1966. Depois do Ato Institucional – 5 (AI-5), a repressão às lideranças sindicais foi violenta com prisões, torturas e assassinatos.

O golpe de 1964 contou com o apoio de grandes empresas estrangeiras presentes no território nacional. No contexto da guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, a intervenção estadunidense na política dos países latino-americanos foi expediente comum pelo receio que tinha de ver se repetir a Revolução Cubana (1953-1959) em outros países da região.

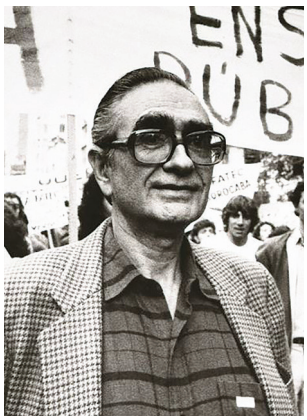
As políticas de desenvolvimento estabelecidas pela ditadura para a região Norte merecem destaque, como o Programa de Integração Nacional. Tratava-se de uma série de obras de infraestrutura que visavam promover a interligação rodoviária com a Amazônia por meio da abertura da rodovia Transamazônica (BR-230) e da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163). O governo implementou uma política de colonização e loteamento de terras para incentivar a migração de pessoas do Nordeste para a Amazônia, ligando "a terra sem homens aos homens sem-terra", como diziam as propagandas do regime militar na época. Essas terras mais tarde seriam disputadas pelo agronegócio para produção de gado e de soja na Amazônia.

A mineração foi outro foco dos projetos de integração da Amazônia, a partir de parcerias entre empresas públicas até então, como a Companhia Vale do Rio Doce e a Mineração Rio do Norte, e empresas internacionais do setor como a canadense Alcan e a estadunidense Alcoa. A viabilidade da atuação dessas empresas dependia de grandes investimentos em infraestrutura que foram realizados pelo Estado. Um exemplo é a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, em larga medida realizada para viabilizar a produção do alumínio na Amazônia.

Por fim, temos o caso da Zona Franca de Manaus, uma política de incentivo fiscal que isenta de cobrança de impostos as indústrias que se instalam na região com vistas à produção para o mercado nacional. Tratava-se de uma política que visava oferecer alternativas de geração de renda para a cidade depois do fim do ciclo da borracha. Hoje, Manaus é a cidade mais populosa da Amazônia, crescendo basicamente a partir da migração de pessoas de várias regiões do Brasil. Grande parte dos produtos eletroeletrônicos que consumimos feitos no Brasil até hoje são provenientes da Zona Franca de Manaus.

O ponto é que justamente durante o regime da ditadura militar ocorreu a **urbanização do país**, quando a maioria da população brasileira passou a viver nas cidades e não mais no campo. A população ficou muito concentrada em alguns

Florestan Fernandes (1920-1995), foi um dos principais sociólogos brasileiros. Era filho único de uma imigrante portuguesa, Maria Fernandes. Seu pai morreu pouco tempo depois que ele nasceu. Para ajudar a mãe, lavadeira, Florestan teve de interromper os estudos, ainda no terceiro ano do primário, e trabalhar. Retomou aos 17 anos, nos chamados cursos de madureza, atualmente Educação para Jovens e Adultos. Ingressou no bacharelado em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP). Fez mestrado, doutorado e se tornou professor de Sociologia na mesma instituição. Depois do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1969, foi aposentado compulsoriamente pela ditadura militar. No exílio no Canadá, trabalhou como professor na Universidade de Toronto. Depois da anistia lecionou na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Foi deputado federal da Assembleia Constituinte de 1988.



Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, CC BY 3.0, via Wikimedia Commons

Escreveu dezenas de livros, com destaque para *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968) e *A revolução burguesa no Brasil* (1974).

centros metropolitanos que cresciam sem os serviços básicos essenciais à vida nas cidades. Os empregos formais eram escassos e, com a renda do trabalho informal, cada vez mais pessoas passaram a morar em casas autoconstruídas aos finais de semana. Periferias autoconstruídas, loteamentos irregulares, palafitas nas baixadas e favelas se multiplicaram.

Mesmo com a repressão da ditadura militar, no final dos anos 1970, eclodiram as greves dos metalúrgicos do ABC. A principal reivindicação era a recomposição salarial que não acompanhava a inflação do período. Eram manifestações que surgiram do chão de fábrica e que marcariam o chamado **novo sindicalismo**, como o ressurgimento do movimento operário e sindical no Brasil. As greves do ABC foram um passo importante no processo de redemocratização que se consolidaria na década de 1980.

4. Você já é um trabalhador? Se sim, qual é o sindicato que representa a sua categoria de trabalho?

5. Você costuma participar de atividades realizadas pelo sindicato ao qual sua categoria pertence? Por quê?

Desigualdades entre trabalho rural e urbano

No Brasil, as elites agrárias resistiram ao processo de abolição da escravidão. Grandes proprietários de terra procuraram manter o controle sobre os trabalhadores rurais explorando outras formas de servidão e dependência. As formas de trabalho no campo se caracterizavam por serem bastante precárias, e o assalariamento se desenvolveu pouco. Ainda hoje, é bastante comum que camponeses desprovidos de terras próprias acabem tendo de trabalhar para latifundiários em troca de moradia, ou como meeiros, onde dividem metade do que produzem com os proprietários das terras.

Quando Getúlio Vargas promulgou a CLT, em 1943, apenas os trabalhadores urbanos foram contemplados, ficando de fora os trabalhos rurais. Da luta pela reforma agrária e pela extensão dos direitos aos trabalhadores rurais se formaram organizações como a primeira Liga Camponesa, no interior de Pernambuco, Nordeste, de 1955. Praticamente não havia direitos para trabalhadores rurais até 1963, quando houve uma tentativa de aproximar os direitos de trabalho no campo com o Estatuto do Trabalhador Rural, no governo João Goulart.

Apenas em 1973 os trabalhadores rurais foram contemplados pela Lei do Trabalho Rural, que estabelecia jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais de trabalho, 30 dias de férias remuneradas, aviso prévio e contrato de trabalho por prazo indeterminado ou determinado. Mas nem todos os direitos trabalhistas estavam disponíveis para os trabalhadores rurais, por exemplo, não foram contemplados com direito ao 13º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Licença-maternidade. Somente com a constituição de 1988 os direitos trabalhistas entre trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos foram equiparados.

Mesmo com direitos estabelecidos em lei, a maioria dos trabalhadores rurais não eram registrados em Carteira de Trabalho por seus empregadores. Assim, quando tentavam se aposentar tinham muita dificuldade, pois não tinham comprovação dos vínculos empregatícios, tampouco do recolhimento da contribuição para a Previdência Social. Por causa disso, houve uma alteração na Lei de Benefícios da Previdência Social, em 1991, que reduziu a idade mínima de aposentadoria rural: 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. Além de simplificar o acesso a esse direito, sendo necessária comprovação do tempo de trabalho rural, e não o tempo de contribuição com a previdência social.

As dificuldades para manutenção da agricultura familiar e as condições de trabalho extremamente precárias marcam o mercado de trabalho rural. Os conflitos entre latifundiários e camponeses em torno da terra e do trabalho rural foram marcados por muita violência na história do Brasil. As desigualdades no acesso

Rafael Neddermeyer/Fotoarena



Trabalhadores rurais cortadores de cana-de-açúcar, conhecidos como boias-frias, em Santa Rita do Passa Quatro, São Paulo. Fotografia de 2013.

aos direitos e por rendimentos melhores oriundos do trabalho urbano contribuíram para o êxodo rural no país. Entre as décadas de 1960 e 1990 houve uma forte migração de pessoas ou de famílias partindo, em sua maioria, da região Nordeste em direção às cidades metropolitanas, principalmente nas regiões Sudeste e Sul, e também para a região Norte do país.

Dica de filme

O documentário *Cabra marcado para morrer* (1984), de Eduardo Coutinho, retrata muito esses conflitos no campo entre as décadas de 1960 e 1980.



Reprodução

Cabra marcado para morrer. Direção: João Coutinho
Em 1962, João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, é assassinado por ordem de latifundiários. Um filme sobre sua vida começa a ser gravado em 1964, dirigido por Eduardo Coutinho, com a reconstituição ficcional da ação política que levou ao assassinato. As filmagens são interrompidas pelo golpe militar de 1964. Dezessete anos depois, em 1981, Eduardo Coutinho retoma o projeto e procura Elizabeth Teixeira e outros participantes do filme interrompido.

Atividade

Diante das transformações do mercado de trabalho, para as pessoas nascidas depois dos anos 2000, as questões abordadas nesta última seção do Caderno podem parecer distantes.

1. A proposta da atividade consiste na realização de uma entrevista com algum conhecido, familiar ou não, que tenha nascido antes dos anos 1980. Para essa entrevista, elabore um roteiro para reconstituir a trajetória ocupacional e de moradia da pessoa: Onde ela nasceu? O que seus pais faziam? Em que começou a trabalhar? Quais ocupações exerceu? Qual sua escolaridade?

2. Depois de realizada a entrevista, faça uma síntese das informações para apresentar à turma. O objetivo da atividade é discutir como as trajetórias sociais levantadas pela turma permitem analisar características do mercado de trabalho da região.

Transformações e diversidade das formas de trabalho

Agora que entendemos como o mercado de trabalho brasileiro se formou, vamos refletir sobre como ele está hoje. Diversas mudanças importantes vêm transformando as formas de trabalho desde a Constituição de 1988, a abertura econômica do país na década de 1990, a reestruturação produtiva nas indústrias e as novas tecnologias da informação.

As mudanças no mundo do trabalho são mais perceptíveis para a chamada geração dos *millenials*, que cresceu nos anos 1980 e 1990 e acompanhou o crescente acesso às tecnologias digitais e à internet. Para quem já nasceu rodeado de celulares, computadores e redes sociais, a relação é diferente de quem presenciou a chegada dessas tecnologias e teve de se adaptar. São novas habilidades, outras formas de conhecimento e ocupações que antes não existiam. Discutiremos essa questão na sessão sobre **trabalho e tecnologia**.



Reprodução/Agência Senado

Símbolo da campanha de redemocratização, o slogan "Diretas já!" foi criado pelo cartunista Henfil.

1. Você considera ter amplo acesso às tecnologias digitais e à internet?

2. Você já cresceu com esse acesso ou passou a tê-lo depois de adulto? Conte um pouco de sua experiência para os colegas.

A **Constituição Federal de 1988** foi um marco na redemocratização do país. Mas, afinal, o que mudou com a nova constituição?

Antes de 1988, muitos direitos sociais estavam atrelados ao trabalho formal, ou seja, ao emprego com carteira assinada. Somente quem tinha vínculo trabalhista registrado tinha direito a serviços de saúde e aposentadoria. A nova Constituição trouxe mudanças importantes nesse cenário. Foi criado o **Sistema Único**

de Saúde (**SUS**), um sistema de saúde gratuito e universal, garantindo acesso a serviços de saúde pública para todos.

Outras medidas significativas também surgiram com a nova Constituição. Foi criado o **Instituto Nacional do Seguro Social** (**INSS**) que unificou as políticas de previdência social. Além disso, o **Benefício de Prestação Continuada** (**BPC**) foi estabelecido, garantindo um salário mínimo por mês para pessoas com 65 anos ou mais, com baixa renda, ou pessoas com deficiência que não têm como manter renda suficiente para viver.

Essas mudanças mostram que **a democracia tem um papel importante na redução das desigualdades sociais.** A cientista política Marta Arretche, em seu artigo *Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil* (2017), destaca que a nova Constituição permitiu uma ampliação do acesso aos direitos sociais, principalmente porque esses direitos não dependem mais do emprego formal.

Mesmo com esses avanços, as desigualdades sociais ainda persistem. Pensar sobre o mundo do trabalho é essencial para entender essas desigualdades. O que mudou nas formas de trabalho nos últimos 30 anos? Quais são as características do mercado de trabalho na atualidade?

Neoliberalismo, abertura econômica e reestruturação produtiva

O neoliberalismo consiste em uma linha de pensamento político-econômico que preconiza o comportamento dos mercados como parâmetro para ação política. De modo que esse pensamento se contrapõe à ideia de que o Estado deva promover políticas de bem-estar social. Nessa visão, a maior eficiência da atuação dos mercados na alocação de recursos escassos seria capaz de promover o maior bem-estar possível para o maior número de pessoas de acordo com seus méritos. Esse pensamento prega a menor interferência possível do Estado na economia. Assim, orienta uma série de políticas de reformas de Estado, como privatizações de empresas públicas, diminuição das regulamentações trabalhistas e ambientais, austeridade fiscal dos governos e maior liberdade de competição entre as empresas.

Na América Latina, tal linha de pensamento foi implementada pioneiramente no Chile, durante a ditadura militar de Augusto Pinochet (1973-1990). Outro expoente do neoliberalismo foi o governo da primeira-ministra Margaret Thatcher (1979-1990) do Reino Unido. Depois, as orientações do pensamento neoliberal se

difundiram com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). No Brasil, essa perspectiva passa a ser implementada nos anos 1990, com os governos Fernando Collor (1949-) e Fernando Henrique Cardoso (1931-).

No início dos anos 1990, o Brasil passou por um processo de abertura econômica. Foi algo que ocorreu em diversos países e ficou conhecido como globalização econômica. Uma grande diversidade de produtos que antes eram sobretaxados passou a ser importada a custos mais baixos do que antes: roupas, brinquedos, bijuterias, calçados e artigos eletrônicos importados se popularizavam. Com isso, as empresas no país passaram a competir com os produtos importados.

As indústrias tiveram de se adaptar a um novo **modelo de produção**. As fábricas com milhares de funcionários reduziram as suas estruturas. Em vez de todas as etapas da produção se concentrarem em uma mesma empresa, elas passaram a terceirizar grande parte dos serviços para outras empresas. Houve uma grande redução na disponibilidade de empregos nas indústrias. Os setores de comércio e serviços passam a representar a maioria dos empregos.

O **taylorismo**, o **fordismo** e o **toyotismo** são diferentes modelos de organização da produção. Trata-se da administração científica do trabalho, em busca de maior produtividade.

Frederick Taylor (1856-1915) foi o precursor ao desenvolver uma proposta de organização da produção, no final do século XIX, que buscava reduzir o tempo da produção. Conhecido como **taylorismo**, esse modelo era baseado na cronometragem das operações de trabalho e na divisão das tarefas, de acordo com aptidão do trabalhador.



Charles Chaplin Film Corporation/Wikipedia

O filme *Tempos modernos* (1936), de Charles Chaplin, é um bom exemplo de modelo de organização da produção industrial, na qual os trabalhadores devem se adaptar ao ritmo das máquinas.

Henri Ford (1863-1947) desenvolveu seu modelo produtivo no começo do século XX. O **fordismo** implementou a linha de montagem, a padronização das mercadorias e o barateamento do custo final para ampliação de mercados. O fordismo e o taylorismo pressupunham a formação de grandes estoques de mercadorias. Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), surgiu o *New Deal*, uma política estadunidense de promoção do bem-estar social para ampliação dos mercados. Esse modelo entrou em crise na década de 1970, devido à rigidez da oferta e à diminuição da demanda.

A partir da década de 1970, um novo modelo produtivo se estabeleceu a partir do Japão, com Taiichi Ohno (1912-1990) e Eiji Toyota (1913-2013). Conhecido como **toyotismo**, é marcado pela flexibilidade da produção em relação à demanda. Nesse modelo, as estruturas produtivas são mais enxutas e há ampla mobilização da terceirização para diminuição dos custos fixos. Os estoques são baixos e a produção, mais variada para atender às demandas.

A disponibilidade de empregos formais foi alterada com as mudanças estruturais no mundo do trabalho. Refletindo essas mudanças, ocorreu uma **Reforma Trabalhista** em 2017. Essa reforma visava maior flexibilidade nas relações de trabalho. Entre as mudanças implementadas, podemos destacar:

- trabalho intermitente, em que se paga por período de trabalho, sem uma carga horária fixa;
- jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso;
- fim da contribuição sindical obrigatória;
- regulação da terceirização da atividade fim da empresa e exclusividade na contratação sem caracterizar vínculo empregatício.

A ideia de desenvolver uma carreira profissional inteira em uma mesma empresa parece um pouco mais distante atualmente. Existe muita rotatividade nos empregos, e as oportunidades de progressão na empresa ficaram mais restritivas. Isso porque parte das atividades são realizadas por prestadores de serviço, e não mais por funcionários de uma mesma empresa. A indústria perde peso no mercado de trabalho, e há maior instabilidade no emprego e o aumento da informalidade.

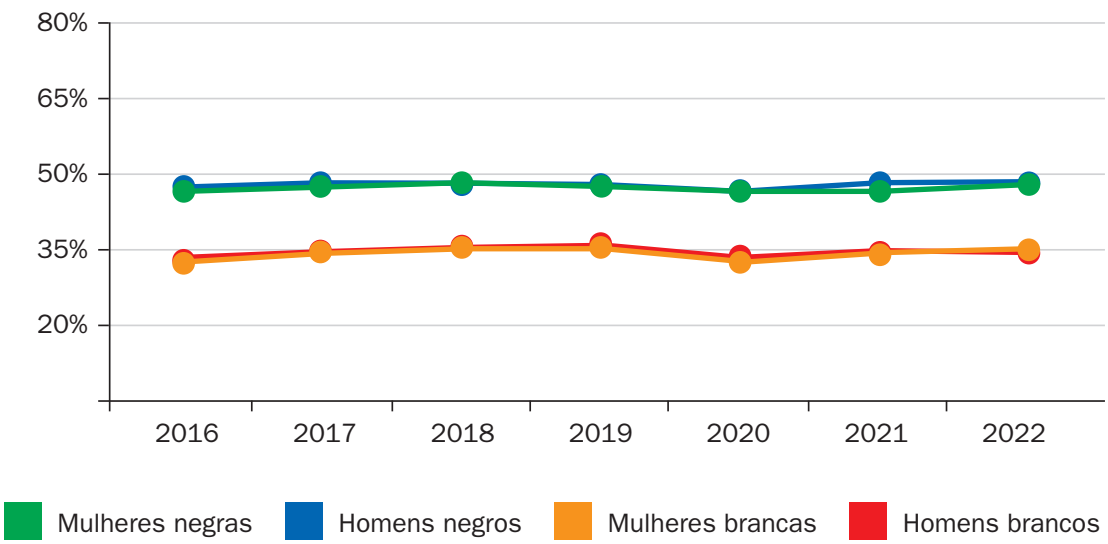
Informalidade

A informalidade sempre foi uma característica marcante do mercado de trabalho brasileiro. Historicamente, os direitos trabalhistas ficaram restritos às

categorias que eram reconhecidas pelo Estado e tinham registro em carteira pelas empresas. Porém, muita gente trabalha de forma autônoma, seja em atividades por conta própria, em trabalhos familiares, em serviços domésticos, em pequenos empreendimentos sem carteira assinada, seja por meio de plataformas digitais. Em geral, são trabalhos pouco capitalizados e se concentram nos setores de comércio, serviços e agricultura.

De acordo com o gráfico, podemos observar que a taxa de informalidade das pessoas ocupadas no Brasil é bastante alta. Essa informação é apresentada de acordo com raça e gênero da população. No período de 2016 a 2022, a taxa de informalidade foi maior para mulheres negras e homens negros, ficando próxima a 50%. Para homens brancos e mulheres brancas, a taxa ficou próxima a 35%. Assim, percebemos que a informalidade no trabalho atinge grande parte da população que se encontra desenvolvendo alguma atividade econômica sem vínculos registrados, mas afeta uma parcela maior da população negra. Trabalhadores informais não têm as mesmas garantias legais, não contam tempo de contribuição para aposentadoria e costumam ter os rendimentos mais instáveis.

Taxa de informalidade dos ocupados no Brasil de 2016 a 2022



BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*: Brasil 2016 a 2022: taxa de informalidade dos ocupados no Brasil (%). [*S. l.*], c2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/mercado-de-trabalho/desemprego-informalidade-subutilizacao-e-inatividade/apresentacao. Acesso em: 14 fev. 2025.

1. Discuta com os colegas: por que mulheres e homens negros estão mais sujeitos ao trabalho informal?

2. Por que a informalidade pode ser prejudicial ao(à) trabalhador(a)?

Marcelo Soubhia/Folhapress



Trabalhadores da construção civil reivindicam carteira de trabalho assinada, em São Paulo, em 1996.

Muitas dessas atividades informais têm raízes antigas e fazem parte da história das cidades brasileiras. É do caso do comércio ambulante, muito presente em locais de grande concentração de pedestres como praças, centros históricos, terminais de ônibus, escolas, hospitais. Esse tipo trabalho cresceu nas grandes metrópoles do país em função das altas taxas de desemprego.

Na construção civil, a contratação de trabalhadores sem carteira assinada é muito comum. Muitas vezes, as empreiteiras mobilizam os chamados "gatos", termo usado para os agenciadores de mão de obra no setor, para contratar trabalhadores para uma obra específica. Depois que a obra termina, os operários são dispensados sem receber os devidos direitos. A informalidade também é comum entre pedreiros que trabalham por conta própria, prestando serviços de reforma e construção diretamente para as famílias.

No caso da informalidade das empregadas domésticas, durante muito tempo a atividade foi marcada pela falta de regulamentação. Apenas em 2015 a profissão foi regulamentada, e as empregadas domésticas passaram a contar com os mesmos direitos trabalhistas, como: FGTS, seguro-desemprego, pagamento de hora-extra e adicional noturno para trabalho depois das 22 horas. Antes, mesmo se tivessem a carteira assinada, não contavam com esses direitos. A informalidade diminuiu depois da regulamentação, mas ainda continua muito forte nessa atividade.

Da informalidade ao empreendedorismo?

Existe também uma nova informalidade que cresceu por causa do processo de reestruturação produtiva e das novas tecnologias da informação. No caso da indústria de confecção, por exemplo, as empresas recorrem a oficinas terceirizadas para costurar as peças que são cortadas nas fábricas. O trabalho nessas oficinas costuma ser remunerado por peça, e o rendimento das costureiras fica atrelado à demanda das empresas. Assim, há momentos de muitos pedidos e grande volume de trabalho

e há outros em que a falta de pedidos faz com que as trabalhadoras fiquem sem rendimentos. A terceirização possibilita às empresas flexibilidade para mobilizar o trabalho apenas quando necessário, sem ter de manter vínculos empregatícios.

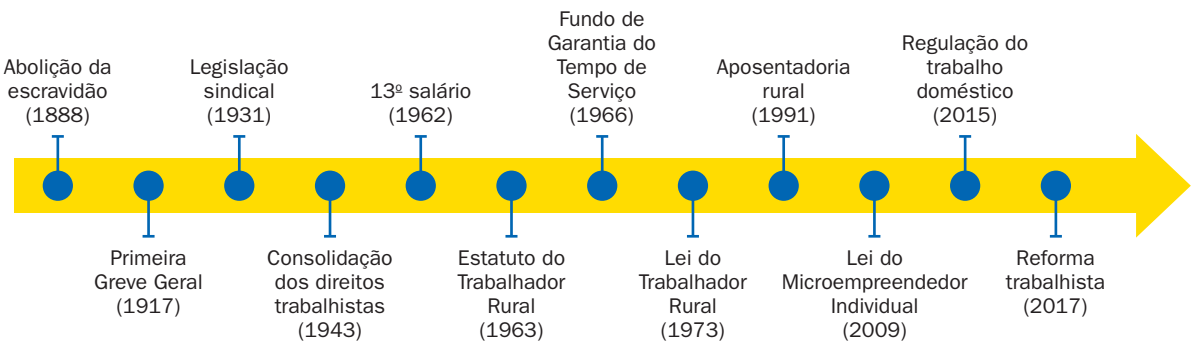
As plataformas digitais têm influenciado e ampliado a informalidade do trabalho no Brasil. Grandes empresas de tecnologia fazem a intermediação entre consumidores e prestadores de serviços diversos, como entregadores, motoristas e produtores de conteúdo digital. Essas empresas não mantêm vínculos empregatícios com os prestadores, mas exercem o controle sobre as atividades impondo regras e fazendo avaliações de desempenho. As plataformas digitais representam desafios para a proteção social e os direitos trabalhistas, sobretudo em relação aos mais jovens, que, muitas vezes, nunca tiveram experiência de trabalho assalariado formal.

Outra temática que vem se sobrepondo à discussão sobre informalidade é o **empreendedorismo**. Esse termo se popularizou a partir de programas de microcrédito voltados a pessoas de baixa renda que trabalham por conta própria. Em 2009, foi implementada uma política de formalização do trabalho autônomo a partir da criação, pelo governo federal, da figura jurídica do **Microempreendedor Individual (MEI)**, no qual a pessoa pode abrir uma empresa com condições facilitadas de contribuição para aposentadoria e impostos. Desde então, milhões de pessoas em todo o país se tornaram MEIs para desenvolver suas atividades como empresários de si mesmos: cabeleireiras, eletricistas, pedreiros, professores, cuidadoras, motoristas, entregadores, entre muitas outras atividades.

O empreendedorismo acompanha um discurso de valorização da autonomia e da iniciativa privada. Por outro lado, também representa uma responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso econômico da pessoa, que pode ser motivo de muito sofrimento psicológico.

Atividade

Esta linha do tempo pontua algumas referências importantes sobre as condições de trabalho que discutimos até aqui.



1. Faça uma lista de 5 atividades nas quais pessoas que você conhece trabalham.

2. Em seguida, procure definir como a pessoa exerce essa atividade, se é assalariada com carteira de assinada ou não; se é autônoma formalizada ou não; se tem uma empresa com funcionários e os registra com carteira assinada ou não.

3. Apresente sua lista para a turma e, juntos, façam um levantamento da diversidade de atividades e condições em que elas são exercidas.

Pensando nesse quadro e na linha do tempo, você considera as condições de trabalho atuais melhores ou piores do que as condições de seus pais? Quais são as diferenças e os pontos negativos e positivos em relação às condições atuais?

Roberto Resston Fo/Shutterstock



Catador de materiais recicláveis em São Paulo, 2024.

Joa Souza/Shutterstock



Motoboy entregador de encomenda via aplicativo, em Salvador, Bahia, 2020.

evelyzeduarte/Shutterstock



Barraca de peixe no Mercado Ver-o-Peso, em Belém, Pará, 2022.

Leo Caldas/Pulsar Imagens



Linha de produção de empresa familiar. Confecção de roupas em galpão construído na própria moradia, em Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco, 2020.

Trabalho, gênero e raça

A divisão sexual do trabalho

O que significa dizer que características como cor/raça, ser homem ou mulher, orientação sexual contribuem para reforçar e ampliar as desigualdades sociais? Nessa parte do Caderno, convidamos você a pensar nas desigualdades de gênero e cor/raça no mercado de trabalho, a partir das intersecções entre esses marcadores sociais. Ou seja, o objetivo é refletir de maneira articulada e cruzada as categorias gênero e cor/raça, considerando as relações de poder e de discrição, presentes nos dois aspectos que, quando combinados, resultam em relações de opressão.

1. Leia o trecho da notícia a seguir.

> **Mulheres ganham 20,7% a menos que homens no Brasil, diz governo; diferença cresceu desde março**
>
> Em março, diferença era de 19,4%. Mulheres, sobretudo as negras, ganham ainda menos que homens em igual cargo; em cargos de direção e gerência, distância também aumenta
>
> Letícia Sena, Mateus Rodrigues, *G1*, 18 de setembro de 2024

SENA, Letícia; RODRIGUES, Mateus. Mulheres ganham 20,7% a menos que homens no Brasil, diz governo; diferença cresceu desde março. *G1*, [*s. l.*], 18, set. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/09/18/diferenca-aumenta-e-mulheres-ganham-207percent-a-menos-que-homens-no-brasil-no-setor-privado-diz-relatorio-do-governo.ghtml. Acesso em: 3 dez. 2024.

2. Como você interpreta a diferença salarial apontada na notícia? Por que ela acontece?

A publicação do IBGE *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, lançada em setembro de 2024, apresenta um conjunto de informações levantadas em 2022, voltadas à análise das condições de vida das mulheres no Brasil. Dentre alguns dados, escolhemos os que caracterizam a dinâmica do mercado de trabalho em relação ao gênero e à raça. Observamos que as mulheres

estão em posição de desigualdade social em relação aos homens, em todos os indicadores destacados no estudo, tais como: a) a média de horas semanais exercida no *trabalho doméstico não remunerado* (trabalho de cuidado); b) a maior presença de mulheres em trabalhos informais que, nesse caso, compreendem os trabalhadores por conta própria, os sem registro na carteira profissional e os autônomos; c) maior presença de mulheres exercendo trabalho por tempo parcial, isto é, trabalham no máximo 30 horas/semana.

Em termos de remuneração entre homens e mulheres, o estudo indicou que o rendimento das trabalhadoras mulheres, em 2022, equivaleu a 78,9% do rendimento dos homens. Podemos interpretar essa diferença percentual da seguinte forma: é como se para cada R$ 100,00 que um homem recebesse, após realizar um determinado trabalho, uma mulher realizando a mesma atividade recebesse R$ 78,90. No fim da atividade de trabalho realizada, a mulher deixaria de receber R$ 21,10 reais. Como interpretar as entrelinhas dessas e outras diferenças que impactam sobre as condições de trabalho das mulheres?

Os dados do IBGE são como uma fotografia do processo de divisão sexual do trabalho.

A **divisão sexual do trabalho** corresponde ao modo como o mundo se organizou e passou a aceitar que existem atividades que somente as mulheres podem realizar e outras que somente os homens podem fazer. A partir dela, condicionou-se normalizar uma série de desigualdades, sendo a salarial uma delas, mas não a única.

A socióloga Danièle Kergoat chama a atenção para o fato de que as representações do modo como homens e mulheres vivem, relacionam-se entre si e realizam determinadas escolhas não devem ser entendidas como resultado de características biológicas deles.

Ou seja, considerar a mulher mais habilidosa com o cuidado dos filhos e/ou dos assuntos domésticos não se explicaria por ela ter nascido mulher (um fator biológico), mas por um longo processo de condicionamento e de ensino-aprendizado. Desde a infância, a realização das tarefas domésticas e de outras atividades do lar são consideradas próprias das mulheres. Se você conviveu ou conheceu famílias com crianças, deve ter lembranças de como as tarefas domésticas foram distribuídas. É possível que seus pais (ou cuidadores) dissessem que “lavar louças é coisa de menina”.

3. Como é a divisão de tarefas domésticas em sua casa?

4. Você considera ter crescido com o aprendizado de que determinadas atividades eram de homens e outras, de mulheres? O que pensava disso?

O trabalho considerado de mulheres é, em geral, aquele associado ao cuidado (limpeza, educação, alimentação, comércio, enfermagem, fisioterapia etc.), também chamado de trabalho reprodutivo. Já o trabalho realizado predominantemente por homens são, por exemplo, os trabalhos na construção civil, na limpeza urbana (coleta de lixo e limpeza de bairros e ruas), na informática, na elétrica e na mecânica. Ocupações socialmente valorizadas e consideradas de maior prestígio social também são feitas majoritariamente por homens, como o trabalho na política (ministro, governador, prefeito e presidente), na força de segurança e justiça (bombeiros, policiais, exército, juízes, advogados), na saúde (em específico, médicos), nas ciências exatas (engenharia civil, tecnologia, matemática, física etc.).

5. Caso você já trabalhe, sua atividade profissional confirma o trabalho historicamente associado às mulheres ou aos homens? O que você pensa sobre esse assunto?

É claro que, seja qual for as ocupações consideradas de homens ou de mulheres, encontramos a presença do seu par oposto, mas a entrada e a permanência nessa ocupação são sempre mais complexas e com obstáculos. É assim nas ocupações militares, por exemplo, em que, somente a partir da década de 1980, as mulheres passaram a ser admitidas. A Marinha incorpora mulheres, mas em operações auxiliares como administrativo, manutenção eletrônica e saúde. O mesmo acontece em ocupações do segmento de têxtil, em que a atividade de corte e costura é, tradicionalmente, associada ao trabalho feminino. No entanto, mudanças nas formas de organização do setor produtivo têxtil e de confecções, bem como a expansão do setor de confecções na região do agreste pernambucano (em Toritama, especificamente) abriram espaço para a incorporação de mão de obra masculina no trabalho de confecções (nas facções de corte e costura).

A divisão sexual do trabalho é uma construção social, ou seja, em meio às relações sociais ao longo da história, decisões sociais e políticas vão modelando a ideia de atividades femininas e masculinas. Entretanto, não há nada na biologia humana que justifique a divisão em relação ao trabalho de cuidado/doméstico (reprodutivo) e o trabalho produtivo. Essa divisão sexual do trabalho produz uma

separação e hierarquização dos trabalhos. Há uma separação entre os trabalhos considerados específicos de serem realizados por mulheres e os trabalhos considerados próprios de serem realizados por homens. Esse modo de entender as ocupações acaba por estabelecer uma hierarquia, em que o trabalho do homem é considerado de maior valor que o trabalho da mulher, o que justificaria as desigualdades salariais entre homens e mulheres que exercem a mesma ocupação, conforme você analisou na notícia que leu anteriormente.

A divisão sexual do trabalho atravessa todas as escalas de escolarização entre homens e mulheres, o que significa dizer que, mesmo nos casos em que as mulheres tenham mais anos de escolarização em relação aos homens, em todos os níveis escolares (Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior), mesmo assim, elas recebem menos que seus pares: os homens.

Assim, entre homens e mulheres com Ensino Superior, a desigualdade salarial também existe, demonstrando que as mulheres em cargos gerenciais de qualquer atividade exercida também eram remuneradas o correspondente a 78,8% do rendimento dos trabalhadores homens. Portanto, compreendemos que as diferenças nas remunerações (mas não apenas nesse aspecto) variam em desfavor às mulheres, independentemente do cargo que ocupem e do nível de escolaridade que tenham. Quando sobrepomos no campo do trabalho as relações de gênero e deficiência, as desigualdades são ainda mais acentuadas. Nesse caso, o mesmo estudo do IBGE indica que as mulheres com deficiência recebem 72% em relação à remuneração dos homens.

Dica de documentário

ESTOU me guardando para quando o Carnaval chegar. Publicado por: Júnior Gabriel. Vídeo (85 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=55I5xwsZvXY&t=478s. Acesso em: 14 fev. 2025.

O documentário *Estou me guardando pra quando o carnaval chegar* nos ajuda e entender a entrada de trabalhadores homens em uma ocupação predominantemente feminina. O foco do filme é sobre o trabalho incessante realizado pelos trabalhadores das oficinas de corte e costura em Toritama, em Pernambuco, durante o período do carnaval, momento em que vendem tudo que acumularam ao longo do ano para saírem de férias.



Reprodução/Vitrine Filmes

A articulação raça/cor e gênero no trabalho

As desigualdades sociais tornam-se ainda mais complexas, violentas e opressivas quando articuladas ao marcador social de cor/raça. As desigualdades não se expressam apenas em termos materiais, ou seja, em relação à remuneração ou aos salários. Quando falamos, no início desta seção, sobre articular as categorias de gênero e cor/raça para compreender a manutenção das desigualdades sociais, era também um convite para tratar das **relações de poder e de opressão expressas no mercado de trabalho.**

1. Leia o trecho da notícia a seguir.

> **Negros e pardos são maioria no mercado de trabalho, mas rendimentos de brancos são 61,4% maiores, aponta IBGE**
>
> Em 2022, rendimento-hora da população ocupada branca era de R$ 20,10, enquanto da população preta ou parda foi de R$ 11,80
>
> João Nakamura, *CNN*, São Paulo, 6 de dezembro de 2023

NAKAMURA, João. Negros e pardos são maioria no mercado de trabalho, mas rendimentos de brancos são 61,4% maiores, aponte IBGE. *CNN*, São Paulo, 6 dez. 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/negros-e-pardos-sao-maioria-no-mercado-de-trabalho-mas-rendimentos-de-brancos-sao-614-maiores-aponta-ibge/. Acesso em: 3 dez. 2024.

2. Você nota essa diferença em sua realidade? Pense em você mesmo e em familiares, amigos e conhecidos.

A reportagem, publicada em dezembro de 2023, é baseada nos resultados do Censo de 2022. A pesquisa do IBGE traduz um cenário prolongado de desigualdades sociais sofridas no mercado de trabalho pelas mulheres negras. Os dados indicaram que a remuneração por hora trabalhada de brancos foi superior à remuneração de trabalhadores pretos e pardos (negros) para qualquer nível de instrução. Assim, as ocupações que exigiam nível superior completo apresentaram a maior diferença na remuneração entre brancos e negros. No geral, “a diferença

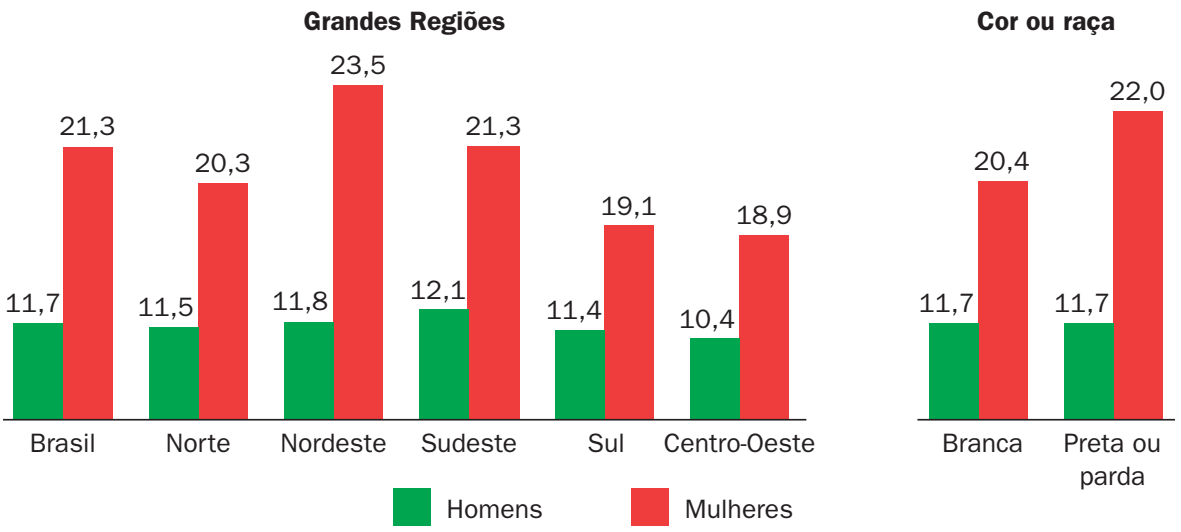
foi de 61,4% favorável à população branca (R$ 20,10) em relação à preta ou parda (R$ 11,80)". (IBGE, 2023, p. 25).

Seguindo a investigação, as mulheres negras têm o trabalho doméstico remunerado como a principal fonte de renda. São elas também que mais exercem os trabalhos de cuidado e domésticos não remunerados. Portanto, a dupla jornada de trabalho está mais presente na vida delas. Pode-se concluir que as trabalhadoras negras são as que mais sofrem em relação às desigualdades salariais. São as que se encontram em maior percentual em trabalhos considerados informais e trabalhos por tempo parcial (máximo de 30 horas semanais). No trabalho doméstico não remunerado, são as que em média trabalham mais horas semanais.

No gráfico a seguir, os dados relacionam a média de horas semanais que mulheres e homens dedicam à realização de atividades domésticas não remuneradas (cuidados com a casa, cuidados com filhos e/ou idosos, cuidados de pessoas doentes). Em 2022, as mulheres negras trabalharam nas atividades de cuidados domésticos quase o dobro de tempo (22 horas para as mulheres, contra 11,7 horas para os homens) que os homens brancos e pretos. Quando separado por cor/raça, as mulheres negras trabalham 1,6 hora a mais que as brancas.

Presença de trabalhadoras negras no doméstico não remunerado

Média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por sexo (horas semanais)



Elaborado com base em: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 3. ed. *In*: *Estudos e pesquisas*: informação demográfica e socioeconômica, Rio de Janeiro: IBGE, n. 38, 2024. Informativo. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102066. Acesso em: 14 fev. 2025.

A fundadora do "Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades" – CEERT – Cida Bento, em seu livro *O pacto da branquitude*, retoma ao nosso passado colonial para mostrar como um sistema de privilégios associado aos brancos e seus descendentes foi construído, a partir da vigência dos quase 400 anos do sistema escravagista que funcionou como motor da economia da metrópole portuguesa. Os colonizadores trataram os colonizados escravizados – no caso brasileiro, os indígenas e povos sequestrados do continente africano – como não humanos. A desumanização com que foram reconhecidos justificou os piores tratamentos a que seus corpos foram submetidos: o trabalho extenuante e sem remuneração, a escassez de alimentos, a tortura, os açoites etc. Nas palavras de Cida Bento:

> **Nossa história foi profundamente marcada pela brutalidade contra as populações negra e indígena, que eram vistas como ameaças aos interesses dos europeus.**
>
> BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 30.

Nesse sentido, os dados aqui apresentados apontam que homens e mulheres negros estão situados nas piores posições no mercado de trabalho, atuam em trabalhos informais e possuem menos anos de escolarização. Tais dados indicam a construção histórica que classificou de maneira diferente brancos e negros, atribuindo certa superioridade aos brancos em relação aos negros. Essas ideias presentes em nossa sociedade afetam as possibilidades reais de pretos, pardos e indígenas conquistarem trabalhos com melhores remunerações e/ou de ocuparem posições de prestígio nos trabalhos que realizam.

O racismo nosso de cada dia!

Em outubro de 2021, uma mulher negra, delegada da polícia civil, foi impedida pelo segurança de uma loja multinacional de origem espanhola do setor de vestuário de entrar no estabelecimento. Meses antes, essa mesma rede de vestuário havia sido acusada de possuir um código interno de comunicação entre seus funcionários, para avisá-los sobre a entrada na loja de pessoas "suspeitas". No caso, são sempre as pessoas negras consideradas as suspeitas.

Esse caso repercutiu nos jornais e na mídia da seguinte forma: "Delegada negra é barrada por funcionários da Zara". Chamamos a atenção para o título dessa notícia porque foram as características físicas que prevaleceram no julgamento

dos funcionários contra a cliente. Considerando o histórico de subalternidade a que foi submetida a população negra, não alcança o imaginário da sociedade identificar uma mulher preta exercendo cargos de poder, principalmente o de tamanho prestígio que é o de ser delegada da polícia civil.

- Você ou alguém que conhece já passou por uma situação parecida? Caso se sinta à vontade, compartilhe com os colegas.

Transformar as pessoas em potencialmente suspeitas por suas características físicas e sua cor é herança do nosso passado escravocrata, em que o processo de fim do tráfico negreiro e a abolição da escravatura não se deu com políticas de reparação, mas com processo de exclusão da população escravizada. É nesse sentido que a socióloga Núbia Regina Moreira nos conta que possuir títulos acadêmicos, credenciais de livre acesso a espaços privados e públicos e pertencer a determinados grupos ou posições de classes superiores não protege negros de sofrer discriminação racial.

A servidora pública vítima de racismo, mesmo portando diplomas, sofreu discriminação racial, pois o racismo está na estrutura social da sociedade brasileira. É por isso que Núbia afirma que são os corpos racializados e subalternizados que são lidos, avaliados e compreendidos, antecipadamente, como suspeitos pelo "outro". O caso da delegada é, portanto, sintomático do modo como a questão racial no Brasil é tratada e revela o chamado **preconceito de marca**, definição dada pelo sociólogo Oracy Nogueira e significa a disposição (ou a atitude) de discriminar membros de uma população estigmatizada, seja por sua aparência, seja em parte ou em todo, por sua ascendência étnica atribuída ou reconhecida.

Lélia Gonzalez, importante ativista e intelectual negra, identificou as primeiras práticas do racismo brasileiro a partir da segunda metade do século XIX. Ela se refere ao racismo que foi entendido como a "ciência" da superioridade estabelecida pelo domínio europeu cristão. Neste período em questão, desenvolveu-se a ideia, entre os colonizadores europeus, de que os povos pretos e indígenas eram seres inferiores, portanto, passíveis de serem explorados e dominados. As teorias racistas e eugênicas circularam pressupostos que associavam padrões culturais, características biológicas baseadas em traços fenotípicos para justificar as desigualdades entre grupos sociais.

Teorias eugênicas: teorias que acreditam em formas de melhorar biologicamente o ser humano, considerando que existem pessoas com características melhores que outras.

Traços fenotípicos: características físicas externas de um indivíduo.

O processo de dominação e exploração desses povos envolveu a proibição de manterem suas culturas, religiões, idiomas, ou

seja, um processo de desumanização. O racismo latino-americano e, particularmente, o brasileiro é caracterizado como racismo disfarçado. Nas palavras de Gonzalez: "As estratégias utilizadas pelos países europeus em suas colônias indicam que o racismo desempenha papel fundamental na internalização da 'superioridade' do colonizador pelos colonizados". Trata-se, portanto, no Brasil, do racismo disfarçado. Ao longo da história, o racismo brasileiro se mantém como uma prática que se sustenta, ainda, por ideias de branqueamento da população, via miscigenação e ideologia da democracia racial.

Se, ao longo da segunda metade do século XIX, as teorias "científicas" justificaram as práticas de racismo; no século XX, embora tais teorias tenham sido refutadas, suas ideias permanecem como representação social no imaginário social e foram reatualizadas. Nesse sentido, Joel Rufino dos Santos acredita que, agora, o racismo renovado é praticado por meio de xingamento, piadas, estímulo ao medo contra as pessoas pretas consideradas "suspeitas", a discriminação, a exclusão das pessoas a certos espaços etc.

A articulação das desigualdades entre raça e gênero resultaram de processos que impediram e dificultaram que descendentes de pessoas escravizadas estudassem e que pudessem ocupar trabalhos considerados de maior prestígio, como por exemplo: Direito, Engenharias e Medicina. A combinação desses marcadores permite, também, identificar um componente explicativo baseado em decisões políticas (criação de leis e normas) adotadas pelo Estado brasileiro e não em explicações individuais que atribuiriam ao esforço e mérito pessoal dos indivíduos. Cida Bento destacou, em seu livro *O pacto da branquitude*, alguns casos de leis que beneficiaram os senhores escravocratas e não as pessoas escravizadas.

A Lei do Ventre Livre (1871), por exemplo, libertava os filhos das mulheres escravizadas, mas as crianças ficavam sob custódia do senhor de escravo até os oito anos de idade e, após essa idade, receberiam uma indenização do Estado. Outro exemplo é a Lei de Terras (1850), que influenciou a estrutura agrária do Brasil, pois, a partir dela, a obtenção de terras passa a ser realizada por meio da compra e venda e não mais pela posse. Observe que a Lei de Terras garante que apenas senhores escravocratas, portanto, brancos, possam ser proprietários de terras; e a Lei do Ventre Livre garante que esses mesmos senhores acumulem ainda mais riquezas, quando são indenizados por libertar os filhos de mulheres escravizadas.

Nesse sentido, compreender as desigualdades raciais no interior do mercado de trabalho exige sermos capazes de estabelecer conexões entre o nosso passado, que sustentou quase 400 anos de um sistema econômico escravocrata, e o nosso presente, que inovou nas formas de práticas racistas. Mesmo com

a implementação de políticas sociais e afirmativas com foco na diminuição das desigualdades raciais, ainda assim, seus resultados não atingiram o objetivo de alterar as desigualdades raciais e de gênero no âmbito da sociedade e, especificamente, no mercado de trabalho.

Lélia Gonzalez (1935-1994)



Cezar Loureiro/Wikimedia Commons

Nasceu no dia 1º de fevereiro de 1935 na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, e faleceu em 1994, na cidade do Rio de Janeiro. Tradutora, professora, antropóloga, filósofa, feminista e militante antirracista, ela teve formação acadêmica diversa. Diplomou-se em geografia, história e filosofia, estudou psicanálise e realizou seus estudos pós-graduados em antropologia. Na vida profissional lecionou em escolas do ensino básico e médio e, posteriormente, tornou-se professora universitária em instituições públicas e privadas na capital fluminense, como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio).

Lélia Gonzalez foi intelectual paradigmática no Brasil no contexto das lutas contra a ditadura militar e pela democratização do Brasil. Fundou o Movimento Negro Unificado (MNU) e esteve na formação de partidos de oposição ao regime militar. Atuou nas mobilizações civis brasileiras contra o *apartheid* na África do Sul e fundou a organização Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras. Ela também colaborou com deputados negros durante o processo constituinte (1986-8), além de ter integrado o primeiro Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Participou ainda de inúmeros encontros feministas e de mulheres negras no Brasil e em outras partes do mundo, muitos deles promovidos pelas Nações Unidas durante a Década da Mulher, na América do Sul, Caribe, Europa e África. Na cultura, Gonzalez incentivou a produção literária prefaciando livros, deu assistência teórica e historiográfica para a dramaturgia negra carioca e assessorou o cineasta Cacá Diegues em seu filme *Quilombo*. Em meados dos anos 1970, colaborou com o Grêmio Recreativo de Arte Negra e com a escola de samba Quilombo ao lado do mestre Candeia. Tornou-se adepta do candomblé e grande incentivadora de artistas e de blocos afro, como o Ilê Aiyê e o Olodum, sendo figura central quando havia dúvidas, polêmicas e questionamento sobre o papel das expressões culturais no combate ao racismo. [...].

RIOS, Flavia; LIMA, Marcia. Introdução. *In*: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020, p. 341-342.

Atividade



GILMAR. *Desigualdade*. [*S. l.*], c2025. Disponível em: https://radiopeaobrasil.com.br/desigualdade/. Acesso em: 14 fev. 2025.

A *charge* acima, do cartunista Gilmar, é de uma série sobre desigualdades. Observe a *charge* nos dois momentos da figura.

1. O que a *charge* mostra sobre as desigualdades entre pretos, pardos e brancos no mercado de trabalho?

2. Após a observação, discuta em sala com os colegas, procurando identificar nas suas experiências e nas deles como as desigualdades se expressam em situações concretas, como remuneração ou salários, mas também em situações como piadas, perseguição da chefia, maus-tratos etc.

Trabalho e educação

A Constituição de 1988 estabeleceu que a educação é um direito do cidadão e um dever do Estado, reforçando o papel estatal na garantia e na universalização do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Mas será que apenas o direito à educação resulta em igualdade de oportunidades de formação? Você já deve ter ouvido falar que a educação é um fator de mobilidade social, porém o sistema escolar tende a reproduzir as desigualdades sociais, tanto no acesso como na permanência a escola, nas condições de ensino e nas possibilidades futuras de inserção profissional.

O sistema escolar, às vezes, pode passar a impressão de que as desigualdades sociais resultam da bagagem cultural de cada indivíduo e do mérito pessoal. No entanto, é importante refletir sobre como as desigualdades têm origem em condições herdadas e transmitidas de geração em geração. Apenas a formação escolar não garante mobilidade social, porém a baixa escolaridade também é uma forte barreira para chegar a ocupações que costumam ser mais bem remuneradas. A educação sozinha não muda a realidade social, mas sem a educação as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho ficam bastante restritas. A educação qualifica os indivíduos para a inserção profissional.

A relação entre educação e trabalho demonstra essas barreiras. O **trabalho na infância** é um dos grandes fatores de **evasão escolar**, de modo que crianças que trabalham têm a sua formação escolar fortemente comprometida. Por sua vez, a baixa escolaridade pode impedir o acesso a melhores oportunidades de trabalho no futuro. Esse é um dos fatores que justifica uma idade mínima para o trabalho.

3. Leia o título da reportagem a seguir.

> **“Eu quero estudar”, diz Iara, empregada doméstica desde os 14 anos**
>
> Famílias do interior do Pará enviam filhas para estudar em Belém, onde trabalham como empregadas domésticas. Mas o serviço vira cativeiro e elas mal conseguem ir à escola

ARANHA, Ana. “Eu quero estudar”, diz Iara, empregada doméstica desde os 14 anos. *Publica*, [*s. l.*], 1 out. 2012. Disponível em: https://apublica.org/2012/10/educacao-trabalho-infantil-amazonia/. Acesso em: 14 fev. 2025.

4. Como o trabalho de empregada doméstica pode ter impedido Iara de estudar?

5. Você já viveu experiências semelhantes ou conhece alguém que passou por situações parecidas? Caso se sinta à vontade, compartilhe com os colegas.

Podemos pensar sobre isso a partir dessa reportagem publicada na Agência Pública. O título da reportagem aborda um caso no estado do Pará, em que uma menina quer estudar, mas não consegue, por trabalhar como empregada doméstica desde os 14 anos de idade. É um caso comum em que famílias do interior enviam as filhas para trabalhar em casas de família na capital do estado, Belém, na esperança de conseguirem estudar. Porém, por causa do trabalho infantil como empregadas domésticas, acabam não conseguindo estudar.

Existem inúmeras situações como essa em que crianças de famílias carentes precisam trabalhar, o que compromete sua formação escolar e limita suas oportunidades futuras. A ideia de que o trabalho possa ser positivo para a formação da criança reflete uma perspectiva que reproduz as desigualdades sociais desde a infância.

Políticas de ações afirmativas e mobilidade geracional

Os dados apresentados na seção passada são anteriores às políticas afirmativas para o ingresso nas instituições públicas de ensino do Brasil. As políticas afirmativas começaram nos anos 2000 e foram regulamentadas a partir da **Lei de Cotas**, de 2012, para o conjunto das instituições federais de ensino. São medidas que propõem critérios alternativos para o ingresso no Ensino Superior público, reservando vagas para estudantes que vêm de escola pública, cotas raciais e bônus sobre as notas do vestibular ou do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). São políticas que buscam reduzir a rigidez das oportunidades de mobilidade social por meio da democratização do acesso à qualificação profissional.

A implementação dessas políticas provocou profundo debate, em parte porque alterou critérios de classificação dos vestibulares tradicionais, vistos como meritocráticos. Porém, o vestibular reflete condições desiguais de acesso e permanência no sistema escolar que não demonstra o potencial dos estudantes para aprender. Também se argumentava que as políticas de ação afirmativas poderiam prejudicar a qualificação das universidades públicas. Mas a qualidade das universidades públicas não resulta apenas de estudantes que ingressam na instituição, e sim dos investimentos em ensino, pesquisa e extensão que diferenciam as universidades públicas.

Meritocráticos: que revelam o esforço e as habilidades de um indivíduo.

Passados mais de 10 anos da implementação das políticas afirmativas, as pesquisas têm demonstrado que não existem diferenças de desempenho dos estudantes, segundo critérios de ingresso. A reportagem do jornal *El País*, de 2019, destaca que a partir daquele ano, pela primeira vez na história, a população negra era maioria nas universidades públicas do Brasil.

Na fotografia que ilustra a reportagem, lê-se no cartaz segurado pelo jovem: "*sou o primeiro da minha família a entrar numa universidade pública e vou lutar para não ser o último!*". As políticas afirmativas possibilitaram um tipo de

mobilidade geracional das famílias, onde filhos tiveram acesso à Educação Superior que os pais não tiveram. As instituições de Ensino Superior também vêm passando por mudanças. Com a maior diversidade do seu público discente, novas perspectivas sobre os conteúdos e as temáticas abordados vão surgindo. Além de questionamentos sobre a composição do corpo docente das universidades.

Reprodução/El País/Beatriz Mota



EL PAÍS

Brasil

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA >

Negros são maioria nas universidades públicas do Brasil pela primeira vez

Pesquisa do IBGE afirma que mudança é reflexo de políticas públicas que proporcionaram o acessos da população preta e parda na rede de ensino. Recém-formada critica falta de docentes negros nos cursos

João da Silva cuja foto em um ato pela educação no Rio de Janeiro viralizou em maio. BEATRIZ MOTA

Podemos destacar outro efeito relevante a partir desse caso retirado da mesma reportagem:

> Recém-formada em psicologia, Tamires Costa, negra, de 25 anos, foi a primeira da família a entrar em uma universidade. Filha de uma mãe analfabeta e de um pai que teve a chance de estudar apenas até a 3ª série, ela sempre recebeu incentivo familiar para prosseguir os estudos após terminar o ensino médio em uma escola pública. "Eu ficava receosa porque achava que a universidade não era para mim. Tinha a sensação que era elitizado, que era só para quem tinha dinheiro", diz.

MENDONÇA. Heloísa. Negros são maioria nas universidades públicas do Brasil pela primeira vez. *El País*, São Paulo, 13 nov. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/politica/1573643039_261472.html. Acesso em: 14 fev. 2025.

A partir das políticas afirmativas, estudantes de escolas públicas que antes nem mesmo pensavam em tentar ingressar nas universidades públicas passaram cogitar essa possibilidade. Assim, estudantes do Ensino Médio despertam maior interesse em seguir para o Ensino Superior pelas maiores chances de conseguirem acesso às universidades públicas.

Atividade

O que você acha das políticas afirmativas e das cotas para o ingresso no Ensino Superior? Escreva uma redação sobre o tema, onde expressa seu ponto de vista, a partir de dois ou três argumentos para sustentar sua posição. Considere as informações apresentadas no texto e a sua experiência escolar: Você teve de conciliar trabalho e estudo? Você pretende ingressar no Ensino Superior? Qual curso gostaria de cursar? O seu texto deve ser dissertativo-argumentativo e seguir a modalidade formal da língua portuguesa.

Trabalho e tecnologia

Nos últimos anos, a paisagem nas ruas de cidades grandes e médias do Brasil mudaram significativamente. Passamos a acompanhar com certa frequência trabalhadores deslocando-se de um lado para o outro, em suas motos ou bicicletas, realizando serviços de entrega de alimentos por aplicativo. O surgimento das empresas de tecnologias acabou criando uma nova ocupação: a dos entregadores por aplicativos que circulam com motos ou bicicletas, acompanhados de suas *bags*, aquelas caixas utilizadas em suas costas nas quais armazenam os alimentos e/ou outros produtos para entrega aos clientes.

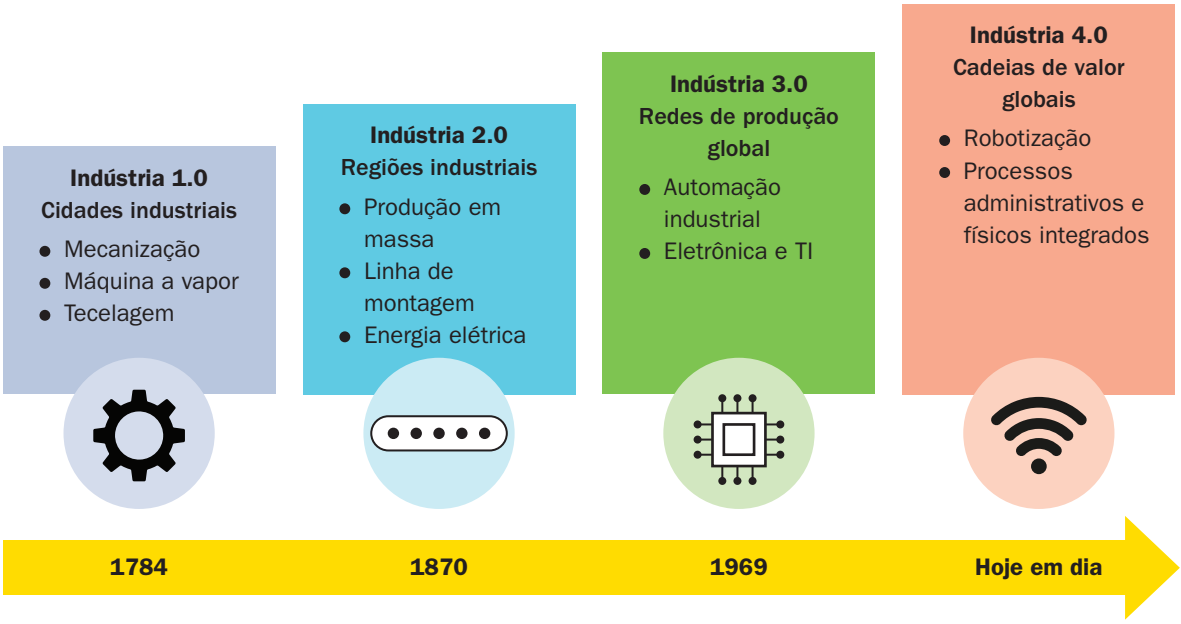
A entrega por aplicativo é uma das tantas atividades que representam as novas ocupações e, consequentemente, outras formas de organizar o trabalho que surgiu no século XXI. Mas isso só foi possível em função do desenvolvimento e da expansão de um sistema computacional e da internet – *World Wide Web* – que se desenvolveram ao longo da segunda metade do século XX.

Nesta seção, discutiremos o papel central das Tecnologias da Informação e da Comunicação – as TICs – na organização do trabalho e da produção de valor, buscando investigar como a presença desses dispositivos marcaram o surgimento de novas ocupações, a eliminação de outras e, ao mesmo tempo, foram se tornando centrais na cadeia de produção e de prestação de serviços no século XXI. Mas o que há de diferente no atual momento em relação ao passado?

É bem verdade que a forte presença das tecnologias alterando as formas de organizar a produção e o modo de trabalho não é, exatamente, uma novidade. Essa capacidade transformativa provocada por diferentes tipos de dispositivo tecnológico inseridos no processo produtivo acabou por realizar transformações nas organizações econômicas e marcaram importantes avanços do capitalismo no qual podemos identificar quatro fases.

Observe o infográfico a seguir, que mostra as etapas e as revoluções no desenvolvimento da indústria, de 1784 até a atualidade.

Etapas e revoluções no desenvolvimento da indústria (1784-atualidade)



Editoria de arte

Adaptado de: SPADINGER, Robert. Internet das coisas (IoT), transformação digital e indústria 4.0. *In*: KUBOTA, Luis Claudio (org.). *Digitalização e tecnologias da informação e comunicação*: oportunidades e desafios para o Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2024.

Escritórios e chão de fábrica sofrem profundas transformações. A automação e o uso de tecnologias flexíveis nas fábricas significaram uma série de alterações, que afetaram fortemente os trabalhadores e provocaram demissões no Brasil e no mundo. As fábricas "encolheram", ou seja, parte considerável de trabalhadores foram demitidos e os poucos que permaneceram passaram a assumir atividades de controle das máquinas.

Na prática, o que aconteceu foi que um único trabalhador se torna responsável por controlar as máquinas de determinado setor, e as operações complexas que esse trabalhador realizava são transferidas para as máquinas. Isso, de certa maneira, é um exemplo de **expropriação dos conhecimentos** dos trabalhadores, pois o capitalismo desenvolve ideias que impedem os funcionários de realizar os trabalhos que podem ser enriquecedores, do ponto de vista intelectual, para os funcionários.

Os trabalhadores que permaneceram empregados são submetidos a uma intensa pressão, ficando sobrecarregados com a quantidade de trabalho que



IM Imagery/Shutterstock

Linha de produção de carros elétricos em fábrica automatizada.

passaram a assumir após a demissão de parte de seus colegas. Vivem assombrados com medo de que os próximos a serem demitidos serão eles. O processo da automação no setor de serviços também é intenso e atingiu outro grupo de profissionais que trabalhavam em escritórios, em bancos, supermercados etc. A presença de sistemas computacionais, com sua capacidade de processar e armazenar uma quantidade de dados, revolucionou, por exemplo, o setor bancário (mas não apenas).

A pesquisadora Sônia Larangeira estudou o sistema bancário brasileiro ao longo da década de 1990 e começo dos anos 2000, mostrando a rápida transformação do setor com a introdução de redes de computadores e internet. Ela nos conta que aconteceu "um rápido e extenso processo de informatização das agências bancárias com o objetivo de acelerar" (LARANGEIRA, 1994, p. 112) as formas de armazenar as informações em computadores. É nessa época que são introduzidas tecnologias que possibilitaram, por exemplo, que os clientes realizassem seu próprio atendimento, fazendo uso de máquinas conectadas à **rede de internet**.



Zamrznuti Tonovi/Shutterstock

Caixa de autoatendimento em uma agência bancária. Foto de 2022.

Os chamados caixas ou bancos 24 horas mudaram as formas de trabalho no banco, pois operações como saques, depósitos, pagamentos de boletos, solicitações de talão de cheques, entre outras, que antes eram realizadas na "frente do caixa", passaram a ser realizadas pelos próprios clientes. Uma agência bancária pequena, antes dos caixas eletrônicos, possuía em média cinco operadoras de caixas. Com a automação do setor, as operadoras são reduzidas a duas.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo desemprego no setor, provocado pelas privatizações de uma parcela de bancos públicos, pela introdução de tecnologias na organização do trabalho e por formas flexíveis de gerenciar e coordenar a força de trabalho e a implantação de políticas de reestruturação bancária.

O trabalho e as tecnologias digitais no século XXI

Podemos entender os processos descritos até aqui como uma fotografia de um longo período histórico de desenvolvimento do capitalismo que parte do século XVIII ao XXI, sendo todos guiados pela introdução de diferentes bases tecnológicas e de conhecimentos científicos à produção de bens e serviços. A transição do século XX para o XXI se destaca pela presença da internet. Manuel Castells nos contou que essa tecnologia apareceu pela primeira vez em 1969. A internet está presente em diversas partes de nossa vida e é central para os meios de comunicação. Sua expansão provocou mudanças na forma como nos relacionamos e trabalhamos.

Uma pessoa que nasceu na década de 1980 pôde acompanhar na sua adolescência a transição tecnológica e comunicacional gerada pela internet e as alterações significativas ocorridas ao longo dos últimos 30 anos. As cartas foram aos poucos substituídas pelos *e-mails*, as mensagens por SMS; o rádio, a televisão e os cinemas precisaram pensar em alternativas para competir com os filmes e as



shamaonstudio/Freepik

Modelos de telefones fixos e de aparelhos celulares, em diferentes anos.

músicas que são armazenados em plataformas de *streamings*. O surgimento de páginas na internet como *vlogs*, *blogs*, *sites*, entre outras, abriu caminhos para outra forma de comunicação.

A partir da década de 2010, as transformações são ainda mais significativas e velozes, em função do desenvolvimento e da criação dos *smartphones* ou telefones inteligentes. Como sabemos, esses aparelhos sem fio, conectados à internet e acoplados a outros dispositivos tecnológicos como câmeras, *e-mail*, aplicativos para uso de inúmeros serviços abriram uma nova gama de possibilidades para outras formas de trabalho. Vivemos um momento histórico em que as empresas de tecnologias se autonomizaram em relação aos outros segmentos produtivos, ou seja, os demais segmentos produtivos – setores agrícola, de serviços e industrial passam a depender fortemente das tecnologias desenvolvidas nas chamadas *Big Techs*.

Um bom exemplo é o caso do transporte privado de passageiros que, no Brasil e no mundo, esteve sob o controle dos serviços de táxi, mas a criação da empresa de tecnologia Uber desestabiliza o setor de táxis. A chegada da Uber em diferentes cidades do Brasil e do mundo não foi tranquila. Ela enfrentou a resistência dos taxistas, e a crise instalada por onde ela passou, obrigando os países criar legislações para regular o funcionamento dessas empresas que desenvolveram outro tipo de trabalho: o de plataforma.

As plataformas funcionam como meio de armazenar dados e criar possibilidades de comunicação e desenvolvimento de ofertas de serviços. Elas têm funcionado como o principal meio de organizar, gerenciar e desenvolver certas atividades de trabalho na sociedade contemporânea. Abrimos o módulo dessa sessão apontando as mudanças na paisagem das cidades com a circulação dos entregadores por aplicativos e suas *bags*. Embora esses trabalhos sejam os mais populares, quando pensamos em plataformização do trabalho, eles não são os únicos. A plataformização está presente também em setores como educação, trabalho doméstico e de cuidados, alguns tipos de serviço jurídico, saúde mental, entre outros.

O uso de aplicativos para buscar trabalho e serviços está generalizando-se em diferentes ocupações do trabalho doméstico ao trabalho docente. Nesse cenário de plataformização das ocupações, a crise sanitária da covid-19 assume uma posição de destaque nesse processo, pois, como alternativa às práticas de isolamento social, trabalhos surgem em aplicativos de intermediação de trabalho.

A pesquisadora Ana Carolina Andrada e sua equipe de pesquisadoras (2023) investigaram o trabalho doméstico e de cuidado em plataformas digitais. Vamos trazer um resumo da pesquisa delas sobre essa modalidade de trabalho. As plataformas de trabalho doméstico colocam trabalhadoras e clientes em contato, e a contratação para o trabalho é por tarefa. As clientes escolhem a trabalhadora e as tarefas que

desejam que realize e remuneram a diarista por essas tarefas realizadas. A plataforma funciona como intermediadora; assim, da remuneração total contratada entre cliente e trabalhadora, a empresa de tecnologia desconta uma taxa de até 30%.

O trabalho doméstico que, tradicionalmente, remunera mal as trabalhadoras, nesse contexto, paga menos ainda. A informalidade está presente e se contradiz em relação ao lento processo de regulamentação do trabalho doméstico. O sistema de avaliação do trabalho delas contribui com as desigualdades e precariedade desse trabalho. Nesse formato, elas são avaliadas e classificadas: quanto maiores forem suas notas, maior são as remunerações e mais chances para receber novos chamados. A plataformização do trabalho doméstico redefine as práticas dessa ocupação, pois ela aumenta as desigualdades e a precariedade de uma atividade que tradicionalmente constituiu-se como precária e informal. Basta lembrarmos que somente em 2015, após a regulamentação da PEC das empregadas domésticas, aprovada em 2013, é que o empregador é obrigado a formalizar as trabalhadoras domésticas contratadas.



VectorMine/Shutterstock

Ilustração que demonstra o trabalho doméstico e de cuidado em plataformas digitais.

Os trabalhadores plataformizados, em especial aqueles que realizam entregas e os de transporte privado de pessoas, têm organizado manifestações e reivindicado melhorias das condições de trabalho. A organização coletiva desse tipo de ocupação é mais complexa por causa do contexto histórico e social do Brasil. As políticas e os discursos neoliberais que difundem ideias sobre o trabalhador como empreendedor de si figuram um discurso sedutor, pois espalham a ideia de autonomia e liberdade como valores essenciais para os trabalhadores moverem-se

no interior do mercado de trabalho sempre em busca de bons trabalhos, com melhores remunerações e sem o controle patronal. Qual é o problema nesse discurso?

As pesquisas que avaliam as condições de trabalho e de vida, em diferentes ocupações no Brasil, inclusive no trabalho por aplicativo, mostram que essa ideia de ser o "próprio patrão" mascara, na verdade, a realidade de trabalhadores com jornadas de trabalho intensificadas, descobertos de direitos sociais e trabalhistas (seguro-desemprego, licença-saúde em caso de acidentes/adoecimento, licenças maternidade e paternidade, aposentadoria), recebimento de 13º salário, direito a 30 dias férias remuneradas, plano de saúde, entre outros benefícios. Os estudos estão apontando uma certa piora nas condições de trabalho no caso dos trabalhadores informais e por conta própria.

Atividade

O cartum a seguir é da série "Os empreendedores", desenhado pelo cartunista brasileiro Toni D'Agostinho.



D'AGOSTINHO, Toni. Os empreendedores. [*S. l.*], [20–]. Disponível em: https://www.acaricatura.com.br/copia-publicacoes-2?lightbox=dataItem-m02qgiew4. Acesso em: 14 fev. 2025.

Com base no que discutimos aqui e na sua experiência de trabalho, vamos refletir sobre as suas condições de trabalho. Como apoio ao desenvolvimento desta tarefa sugerimos assistir o documentário brasileiro de 2019, *GIG: a uberização do trabalho*.

PESQUISA

Como proposta de conclusão do Caderno, propõe-se a realização de uma pesquisa conjunta sobre trajetórias de trabalho junto às turmas, em sala de aula. A questão orientadora para a enquete é sobre mobilidade social intergeracional, pensando acerca das mudanças nas condições de trabalho de pais e avós, em relação às possibilidades de inserção profissional da geração dos estudantes. Siga o roteiro a seguir para realizar a pesquisa:

1. Vamos, primeiro, criar um questionário com perguntas fechadas, ou seja, ao fazer a pergunta, você já oferece as possíveis opções de resposta. Podem ser respostas simples como SIM ou NÃO ou outras que possam ser mais adequadas ao tipo de pergunta. As perguntas devem ser objetivas com alternativas bem definidas. Deve-se lembrar que, quanto maior o número de perguntas, mais trabalhosa será a realização da pesquisa, por isso, definam junto com o(a) professor(a) o número máximo de perguntas a ser criadas.
2. Vamos aplicar o questionário entre os próprios estudantes, seus familiares, amigos e vizinhos. É importante manter um certo equilíbrio no número de entrevistados conforme o perfil. Vocês devem definir um número mínimo e máximo de pessoas a ser entrevistados por gênero, raça e faixa etária para ter uma diversidade de pessoas e opiniões.
3. Em seguida, deverão tabular as respostas. Para fazer isso, podem ter apoio de um aplicativo de planilha eletrônica. Em cada coluna da planilha, digitem as respostas de uma pergunta, de modo que em uma mesma linha estarão todas as respostas de um entrevistado. Em seguida, podem utilizar a função "Tabela dinâmica" para fazer a tabulação. Vários *sites* na internet oferecem instruções de como operar esses programas.
4. Para analisar os resultados, produzam tabelas e gráficos e redijam um comentário para cada uma delas. Redijam também uma conclusão com os resultados da pesquisa. Quais foram as descobertas? Que análise podem fazer dessas descobertas? O que a pesquisa nos permite compreender sobre o tema? Os resultados, incluindo os gráficos e as tabelas, podem ser organizados em uma apresentação eletrônica para ser discutidos com o restante da turma.

Referências bibliográficas

ABÍLIO, Ludmila C. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estudos CEBRAP*, v. 39, n. 3, p. 579-597, set. 2020.

ANDRADA, Ana Carolina *et al*. Plataformas digitais de cuidado no Brasil: acesso e controle do trabalho no entrecruzamento de múltiplas crises. *Tempo Social*, v. 35, n. 3, p. 5-31, set. 2023.

ANTUNES, Ricardo. Classe trabalhadora à brasileira. *Outras Palavras*, São Paulo, 30 abr. 2019. Disponível em: https://outraspalavras.net/historia-e-memoria/classe-trabalhadora-a-brasileira/. Acesso em: 14 fev. 2025.

ARANHA, Ana. "Eu quero estudar", diz Iara, empregada doméstica desde os 14 anos. *Publica*, [*s. l.*], 1 out. 2012. Disponível em: https://apublica.org/2012/10/educacao-trabalho-infantil-amazonia/. Acesso em: 14 fev. 2025.

ARRETCHE, Marta. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, p. 1-23, 2018.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*: Brasil 2016 a 2022: taxa de informalidade dos ocupados no Brasil (%). [*S. l.*], c2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/mercado-de-trabalho/desemprego-informalidade-subutilizacao-e-inatividade/apresentacao. Acesso em: 14 fev. 2025.

CARRANÇA, Thais. Como 13º salário surgiu de greve geral após vitória do Brasil na Copa de 1962. *BBC News Brasil*, São Paulo, 26 nov. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2ln4p18r2ro. Acesso em: 15 fev. 2025.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 25. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

COMIN, Álvaro A.; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, p. 75-95, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, jan. 2002.

D'AGOSTINHO, Toni. *Os empreendedores*. [*S. l.*], [20–]. Disponível em: https://www.acaricatura.com.br/copia-publicacoes-2?lightbox=dataItem-m02qgiew4. Acesso em: 14 fev. 2025.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GILMAR. *Desigualdade*. [*S. l.*], c2025. Disponível em: https://radiopeaobrasil.com.br/desigualdade/. Acesso em: 4 dez. 2024.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In*: *Revista Tempo Brasileiro*, n. 92/93, p. 69-82, jan-jun. 1988.

HOLSMANN, Lorena. Automação (verbete). *In*: CATANNI, Antônio D.; HOLZMANN, Lorena. *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre: RS, Zouk Editora, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 3. ed. *In*: *Estudos e pesquisas:* informação demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, n. 38, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102066. Acesso em: 14 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052. Acesso em: 14 fev. 2025.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LARANGEIRA, Sônia M. G. Reestruturação produtiva no setor bancário: a realidade dos anos 90. *In*: *Educação & Sociedade*, v. 18, n. 61, p. 110-138, dez. 1997.

MENDONÇA. Heloísa. Negros são maioria nas universidades públicas do Brasil pela primeira vez. *El País*, São Paulo, 13 nov. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/politica/1573643039_261472.html. Acesso em: 14 fev. 2025.

MILANÊS, Renata. Da lavoura para a máquina de costura: a inserção dos homens no polo de confecções do Agreste de Pernambuco. *Extensão Rural*, Santa Maria: UFSM, v. 27, n. 1, jan./mar. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/38069/pdf. Acesso em: 14 fev. 2025.

MOREIRA, Núbia Regina. *A organização das feministas negras no Brasil*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

NAKAMURA, João. Negros e pardos são maioria no mercado de trabalho, mas rendimentos de brancos são 61,4% maiores, aponta IBGE. CNN Brasil. São Paulo, 6 dez. 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/negros-e-pardos-sao-maioria-no-mercado-de-trabalho-mas-rendimentos-de-brancos-sao-614-maiores-aponta-ibge/. Acesso em: 14 fev. 2025.

RIOS, Flavia; LIMA, Marcia. Introdução. *In*: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.* Rio Janeiro: Zahar, 2020.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Que é racismo?*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1987.

SENA, Letícia; RODRIGUES, Mateus. Mulheres ganham 20,7% a menos que homens no Brasil, diz governo; diferença cresceu desde março. *G1*, [*s. l.*], 18 set. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/09/18/diferenca-aumenta-e-mulheres-ganham-207percent-a-menos-que-homens-no-brasil-no-setor-privado-diz-relatorio-do-governo.ghtml. Acesso em: 14 fev. 2025.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. *In*: MARCONDES, Mazzine Marcones *et al*. *Dossiê mulheres negras*. Brasília: Ipea, 2013, p. 35-52.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SPADINGER, Robert. Internet das coisas (IoT), transformação digital e indústria 4.0. *In*: KUBOTA, Luis Claudio (org.). *Digitalização e tecnologias da informação e comunicação*: oportunidades e desafios para o Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2024.

Esse Caderno tem como proposta geral discutir a diversidade das formas de trabalho e a sua importância como parâmetro para compreensão das desigualdades socioeconômicas, regionais e territoriais. Nesse sentido, procura apresentar aos estudantes o trabalho em variadas formas de organização desde uma perspectiva do processo de formação do mercado de trabalho brasileiro e suas configurações atuais. Os caminhos para atingir tal objetivo e que estruturam esse Caderno consistem em diferentes eixos temáticos: conceitos de trabalho, divisão do trabalho e exploração capitalista; o processo de constituição dos direitos trabalhistas e das desigualdades regionais; transformações recentes do mercado de trabalho; articulações entre trabalho, gênero e raça; trabalho e educação; trabalho e tecnologia.

ISBN 978-65-83741-12-7

Pacto pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Cooperação
unesco